Inflação acumulada é a menor em 25 anos

Juro real sobe de novo com decisão indefensável do BC

HORA DO POVO
ANO XXXVI - Nº 4.025 5 a 11 de Novembro de 2025

1 REAL BRASIL
Nas bancas toda quarta e sexta-feira

A segunda maior taxa do mundo impede país de recuperar economia

O Copom do Banco Central (BC) decidiu, na quarta-feira (5), manter o nível da taxa básica de juros (Selic) nos escorchantes 15% ao ano. Essa definição ocorre à revelia dos fatos de que a inflação está controlada e desacelerando no país. O terceiro mandato do governo Lula pode ter o menor índice de inflação em um mandato presidencial em mais de 25 anos, segundo cálculo do economista André Braz, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV/ Ibre), que projeta uma inflação acumulada de 19,11% no período de quatro anos. **Página 2**

AFP

Nova-iorquinos elegem Mamdani e impõem derrota a Donald Trump

O candidato democrata Zohran Mamdani foi eleito prefeito de Nova Iorque na terça-feira (4), na eleição de maior comparecimento às urnas em mais de 50 anos, dois milhões de votantes, apesar de acusado pelo presidente Donald Trump de ser um "comunista lunático" e da ameaça de cortar verbas federais para a maior cidade dos EUA caso eleito. Mamdami tomará posse em 1º de janeiro de 2026 é o mais jovem prefeito da história da cidade. **Pág. 7**

Pesquisa: maioria no Rio aprova a "PEC Antifacção", do governo Lula

Pesquisa Genial/Quaest, divulgada na segunda-feira (3), revela que a maioria da população do Rio de Janeiro apoia a PEC da Segurança Pública do governo Lula que visa combater, em conjunto com estados, a alta direção do crime organizado, apreendendo armas e drogas, desmantelando seus esquemas de lavagem de dinheiro e prendendo seus líderes. 52% são a favor e apenas 29% são contrários. **P. 3**

Governo Tarcísio: disparam furtos e homicídios na Capital paulista

Os dados divulgados pela Secretaria da Segurança Pública de São Paulo (SSP) mostram que a capital paulista enfrenta um aumento preocupante nos homicídios dolosos. Entre janeiro e setembro de 2025, foram registrados 402 assassinatos com intenção, um salto de 9% em relação ao mesmo período de 2024, quando houve 367 mortes — número idêntico ao contabilizado em 2023. Em setembro, a cidade somou 52 homicídios. **Pág. 4**

Elias: "Sem reindustrialização não há combate ao crime organizado"

Pablo Porciuncula - AFP

Governo do Rio está perdido no combate ao crime organizado. Sem informação, sem líderes presos, só mortes

Fracasso: governo Castro diz que foco nunca foi prender os líderes

Com uma peneira atrás da outra, o governo Castro tenta encobrir a falência da segurança pública no Rio de Janeiro. Agora, o secretário de Segurança Pública do RJ, Victor Santos, afirmou que a megaoperação policial realizada nos complexos da Penha e do Alemão — que deixou ao menos 121 mortos — não tinha como foco prender líderes do Comando Vermelho, mas sim "busca de informações". Por si só a afirmação confirma o fracasso, já que uma operação que mata mais do que prende e deixa os cabeças fugirem é um fiasco no quesito informação. A declaração ainda contrasta com o discurso inicial do governo Cláudio Castro (PL), que havia divulgado que a ação era destinada a capturar chefes da facção criminosa que domina a região. **Página 4**

Para o professor Elias Jabbour, a reconstrução da base produtiva nacional é condição essencial para enfrentar a crise social e a escalada da violência urbana nas grandes metrópoles. Jabbour, que é presidente do Instituto Pereira Passos (IPP), destacou que o processo de desindustrialização iniciado nas últimas décadas jogou milhões de brasileiros na marginalização, com impactos profundos nas grandes cidades, e especialmente no Rio de Janeiro, que foi o estado que mais perdeu indústrias e empregos industriais. **Pág. 3**

Lula: "o governo federal atua para quebrar espinha dorsal do tráfico"

O presidente Lula afirmou que seu governo vem aumentando radicalmente as operações de combate às facções e que seguirá fazendo um enfrentamento contundente ao crime organizado no país. Desde 2023, as ações do Governo já retiraram R$ 19,8 bilhões das mãos de criminosos: "Estamos agindo com mais inteligência, integração entre as forças de segurança e foco nos cabeças do crime". **Página 3**

General Santos Cruz: 'Bolsonaro prejudicou as Forças Armadas'

O general Carlos Alberto dos Santos Cruz, ex-ministro da Secretaria de Governo, afirmou que "jamais uma pessoa causou tanto prejuízo para a imagem das Forças Armadas" como Jair Bolsonaro ao tentar jogar a instituição em seu plano golpista. Para ele, a ação de Eduardo Bolsonaro (PL-SP) nos EUA contra o Brasil é uma "traição à pátria". **Página 3**

"Juros da dívida e austeridade fiscal", por Kliass

Pág. 2

BC decide manter a Selic em 15% e aumenta os juros reais

Juros da dívida e austeridade fiscal

PAULO KLIASS

O Banco Central (BC) divulgou no dia 31 de outubro as informações relativas ao desempenho fiscal do governo para o mês de setembro. O material oferece um conjunto amplo de dados estatísticos a respeito da situação das contas públicas do governo federal, com foco em sua dimensão monetária e financeira. A identificação do quadro mais geral apresentado pelo documento "Estatísticas Fiscais – Nota à Imprensa" reafirma a preocupação que devemos ter com as avaliações que os grandes meios de comunicação sempre reproduzem a respeito da tal da "responsabilidade fiscal".

Os propagandistas da falácia da austeridade fiscal na grande imprensa costumam chamar a atenção para aquilo que qualificam malandramente de "gastança governamental". No entanto, o detalhe é que eles se referem tão somente aos gastos primários. Assim ficam de fora desta contabilidade muito peculiar, sempre tão ao agrado do povo do financismo, todas as despesas orçamentárias de natureza financeira. Esse raciocínio tautológico só fica de pé em razão de uma definição metodológica muito peculiar: os dispêndios classificados como "primários" incluem apenas as rubricas não-financeiras. Neste conjunto, portanto, estão itens como previdência social, educação, saúde, assistência social, salários de servidores, segurança pública etc. Mas ficam de fora deste cálculo todas as despesas realizadas com o pagamento de juros da dívida pública.

Esta distorção vem sendo mantida desde a década de 1980, quando houve um longo processo de crise das dívidas externas dos países do então chamado Terceiro Mundo. Deu-se um longo processo de renegociação das mesmas sob a coordenação do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Tesouro dos EUA, em um período já marcado pela vigência dos primeiros traços daquilo que viria a ser chamado de Consenso de Washington. Assim, nas novas regras para as dívidas que vinham sendo reestruturadas, foi introduzida a cláusula de que os governos assumiriam um compromisso efetivo com a geração de "superávit fiscal primário". A intenção era assegurar que uma parcela do resultado das contas públicas fosse canalizada diretamente para o pagamento das obrigações com o endividamento público externo.

JUROS DA DÍVIDA: DISTORÇÃO REGRESSIVA

No caso brasileiro, em particular, esta diretriz estratégica tornou-se uma orientação generalizada de conduta de política econômica. Os sucessivos governos passaram a se preocupar com a obtenção de superávit primário e o conceito foi, inclusive, introduzido com uma exigência na Lei de Responsabilidade Fiscal de 2000 e está presente também no Novo Arcabouço Fiscal (lei complementar 200/23), o chamado Teto do Haddad que substituiu o Teto de Gastos do Temer. Uma das consequências mais perversas desse tipo de orientação foi o aprofundamento do processo de financeirização de nossa economia, bem como das finanças públicas brasileiras. Pouco a pouco, as despesas primárias foram sendo reduzidas em termos relativos e as despesas financeiras foram crescendo e ganhando importância no conjunto da execução orçamentária. Esse movimento colocou de ponta cabeça a lógica de priorização das despesas de natureza social e de estímulo aos investimentos públicos. A limitação do gasto em políticas públicas voltadas à maioria da população abriu o caminho para a privatização dos serviços públicos. Por outro lado, a ausência de limites legais para os dispêndios financeiros fez com que as contas de pagamento de juros se convertessem naquelas que apresentam a maior contribuição deficitária para a contabilidade pública de nosso País.

Leia a íntegra em horadopovo.com.br

Reprodução/Youtube

Reprodução

Economia desacelera, mas os três maiores bancos lucram R$ 22,1 bi no 3º trimestre

O Itaú Unibanco teve lucro de R$ 11,9 bilhões no terceiro trimestre do ano – um aumento de 11,3% ante igual período do ano passado.

Enquanto os bancos se locupletam pela manutenção da taxa básica de juros (Selic) na estratosfera, a economia brasileira patina, o setor industrial a beira da estagnação.

Os concorrentes tiveram, igualmente, gordos resultados no trimestre: Santander lucrou R$ 4,01 bilhões (+9,6% ante o ano passado) e Bradesco, 6,2 bilhões (+18,8%). O Itaú foi o último entre os grandes bancos a apresentar seus resultados, divulgados nesta terça-feira (4).

De acordo com o comunicado, o retorno sobre o patrimônio líquido, que é o indicador de rentabilidade do banco, foi de 23,3% – alta anual de 0,6 ponto percentual.

Entre julho e setembro, o produto bancário do Itaú (indicador que inclui margem financeira e receitas com serviços e seguros) totalizou R$ 46,56 bilhões, avanço de 9,1% em relação ao mesmo período do ano passado e de 1,8% na comparação com o trimestre anterior.

Enquanto toda a economia sofre os efeitos dos juros – indústria sufocada para investir, demanda em queda e índices altíssimos de inadimplência e endividamento – os bancos se beneficiam disso.

Além dos privilégios do rentismo, a repercussão da Selic nas taxas de juros praticadas pelos bancos contribuem para seus lucros exorbitantes. Para o cartão de crédito rotativo, é autorizada a prática de juros a absurdos 443,3% ao ano. Para o cheque especial, de 141,0%.

Estudo de Giuliana Folego, coordenadora de estudos da consultoria Tendências e publicado na Hora do Povo, também apresenta o impacto dos altos juros na desigualdade social. No contexto de renda baixa e informalidade, a Selic tem aumentado a renda das classes altas – cuja renda é mais do que 70% proveniente de suas receitas puramente financeiras enquanto seus dinheiros ficam guardados – e piorando a vida dos trabalhadores, que dependem principalmente do trabalho.

Banqueiros se empanturram de juros altos e pobres ficam mais pobres, aponta estudo

O mercado de trabalho brasileiro é caracterizado por alta informalidade, baixos salários e forte segmentação, aponta a consultora da Tendências, Giuliana Folego, coordenadora do estudo que mostra que a ascensão social é mais difícil para os mais pobres.

Num país em que os juros elevados, protagonizado pela taxa de juros (Selic) do Banco Central (BC), tem aumentado a renda das classes mais abastadas e piorado a vida dos trabalhadores, principalmente, os com orçamentos mais baixos.

"A taxa de juros em patamares elevados favorece muito o aumento da remuneração [das aplicações financeiras], principalmente para a classe A, que vive principalmente da renda proveniente do mercado financeiro", afirma Folego, em reportagem do portal G1, que divulgou o estudo.

De acordo com o estudo, enquanto as famílias de classe A têm 72, 7% da renda total trazida de outras fontes, além do trabalho e da previdência social, nas classes B esse percentual é de 7,3%, na C é de 0,8%, e na D e E (mais baixa) é de 1,3%. "Outras fontes de renda" estão incluídas, além dos ganhos com ativos financeiros e rendas habituais (lucros e dividendos, ganhos de capital e etc.), a renda vinda de aluguel, pensão alimentícia, seguro-desemprego, programas sociais e benefícios assistenciais do INSS, entre outros.

A desigualdade de renda do país deve agravar ainda mais com a atividade econômica do país desacelerando por impacto dos juros altos, que inibem os investimentos e a demanda por bens de consumo e serviços. Neste quadro, o mercado de trabalho também desacelera.

A taxa de desemprego ficou em 5,6% no trimestre encerrado em setembro, repetindo a mínima histórica observada no trimestre findo em agosto. No entanto, o baixo nível de desemprego no país vem acompanhado por alto nível de informalidade, que atinge 38,7 milhões de pessoas – trabalhadores despidos da proteção social atingidos pelas leis antitrabalhistas, que na sua maioria vivem dos chamados "bicos", com jornadas de trabalho exaustivas e salários miseráveis.

Na avaliação da pesquisadora, "embora o ingresso no mercado de trabalho seja o principal caminho para reduzir a pobreza, isso não é suficiente para superá-la", afirma Giuliana Folego.

"Esse descompasso decorre, principalmente, da baixa qualidade da educação básica, do desalinhamento entre os currículos escolares e demandas do mercado de trabalho, bem como da limitada oferta de empregos qualificados", explica a consultora.

Com taxa de 15%, o juro real chega a 9,74%, segunda colocação no Ranking Mundial

O Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central (BC) decidiu, nesta quarta-feira (5), manter o nível da taxa básica de juros (Selic) nos escorchantes 15% ao ano. Essa definição ocorre à revelia dos fatos de que a inflação está controlada e desacelerando no país.

O terceiro mandato do governo Lula pode ter o menor índice de inflação em um mandato presidencial em mais de 25 anos, segundo cálculo do economista André Braz, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV/ Ibre), que projeta uma inflação acumulada de 19,11% no período de quatro anos. O menor resultado ocorreu no segundo mandato de Lula, de 2006 a 2010, quando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA) atingiu a mínima histórica de 22,21%.

No acumulado de janeiro e setembro deste ano, o IPCA acumula alta de 3,64% e, em 12 meses, alta é de 5,17%. Nas últimas seis semanas, o ponto médio da inflação esperada para 2025 recuou de 4,81% para 4,55%, segundo dados do próprio BC.

Com uma taxa de 15% aa, o juro real (descontada a inflação) chega a 9,74%, firmando o Brasil na segunda colocação no Ranking Mundial de Juros Reais, de responsabilidade do site MoneYou, atrás da Turquia (17,80%). A lista conta com 40 países, cujo a média de juros reais ficou em 1,63%.

Para o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Ricardo Alban, "a decisão do Copom de manter a Selic em 15% ao ano é mais um duro golpe na economia e na competitividade da indústria brasileira", critica.

Pelos cálculos da CNI, com expectativas de inflação nos próximos 12 meses (IPCA/IBGE) em 4,06%, o juro real avançou para 10,5% ao ano, "nível que inibe o investimento produtivo, afeta o consumo das famílias e penaliza especialmente as camadas de menor renda", reforça Alban.

"É esse o preço que toda a sociedade paga por uma política de juros equivocada", condena o empresário. "Com os preços controlados e o investimento em queda, manter a Selic em 15% ao ano impede o Brasil de crescer. Não se trata apenas de prejudicar as empresas, mas de afetar milhões de brasileiros — sobretudo os de menor renda — que ficam sem acesso ao crédito e, portanto, sem capacidade de consumo", completa.

Ontem (3), o IBGE divulgou que a produção industrial nacional recuou -0,4% em setembro deste ano. Em agosto, a produção industrial havia registrado alta de 0,7% – um soluço no fundo do poço que veio após quatro meses de desempenho negativos (abril deste ano – queda de -0,9%; em maio, -0,5%; junho, +0,1%, e julho, -0,1%).

Em 2025, a indústria como um todo deve crescer apenas 1,6%. No passado, o setor cresceu 3,3%. Essa queda de ritmo vem sendo puxada pelas indústrias de transformação, que marcaram uma queda de -0,5% no segundo trimestre deste ano, após o recuo de 1% no primeiro trimestre.

Com os juros nos maiores níveis em duas décadas, os bancos no terceiro trimestre deste ano voltaram a aumentar suas margens de lucros. Somente os três maiores bancos privados brasileiros (Bradesco, Santander e Itaú Unibanco) lucraram, juntos, R$ 22,1 bilhões no período, o que corresponde a um crescimento de 13% ante igual período de 2024 e de 4% na comparação com os três meses imediatamente anteriores.

Assim, a soma dos lucros do Bradesco, Santander e Itaú Unibanco chegou a R$ 64,1 bilhões quando considerados os três últimos trimestres de 2025 (1T25, 2T25 e 3T25).

Taxas de juros atuais descontadas a inflação projetada para os próximos 12 meses (EX ANTE)

Ranking	País	Ex ante
1	Turquia	17,80%
2	**Brasil**	**9,74%**
3	Rússia	9,10%
4	Argentina	5,16%
5	Índia	4,21%
6	Colômbia	3,66%
7	México	3,54%
8	África do Sul	3,31%
9	Tailândia	2,77%
10	Indonésia	2,41%
11	Filipinas	2,09%
12	Hungria	1,97%
13	Israel	1,87%
14	China	1,76%
15	Malásia	1,67%
16	Hong Kong	1,52%
17	Suécia	1,40%
18	Chile	1,16%
19	República tCheca	1,06%
20	França	1,03%
21	Polônia	0,90%
22	Itália	0,71%
23	Cingapura	0,66%
24	Nova Zelândia	0,58%
25	Grécia	0,36%
26	Coréia do Sul	0,31%
27	Estados Unidos	0,26%
28	Austrália	0,23%
29	Suíça	0,07%
30	Reino Unido	0,03%
31	Taiwan	0,01%
32	Bélgica	0,01%
33	Portugal	-0,17%
34	Alemanha	-0,40%
35	Dinamarca	-0,52%
36	Espanha	-1,08%
37	Japão	-1,35%
38	Canadá	-1,62%
39	Áustria	-1,99%
40	Holanda	-3,05%
Média Geral		1,78%

Manutenção

Escreva para o HP
horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO
é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto
Rua José Getúlio,67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: **Clóvis Monteiro Neto**
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000
Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 -
E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovope@yahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curió-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

‘Sem reindustrialização não se combate o crime’, afirma Elias

Reprodução

Professor Elias Jabbour durante palestra na UFRRJ, na segunda-feira, dia 3

“É preciso recolocar o trabalho e a produção no centro do projeto nacional”, defendeu o presidente do Instituto Pereira Passos, professor Elias Jabbour, em palestra

Presidente do Instituto Pereira Passos (IPP), o professor Elias Jabbour fez uma palestra, na segunda-feira (3), na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), sobre geopolítica, China e os desafios da violência urbana no Brasil. Jabbour defendeu que a reconstrução da base produtiva nacional é condição essencial para enfrentar a crise social e a escalada da violência urbana nas grandes metrópoles.

Durante a aula, o professor destacou que o processo de desindustrialização iniciado nas últimas décadas jogou milhões de brasileiros na marginalização, com impactos profundos nas grandes cidades, e especialmente no Rio de Janeiro, que foi o estado que mais perdeu indústrias e empregos industriais. “A desindustrialização produziu um exército de pessoas sem perspectiva, empurradas para a informalidade ou para o crime. Quando o país perde suas fábricas, perde também sua capacidade de organizar o trabalho e oferecer dignidade”, afirmou.

Segundo ele, o aumento da criminalidade está diretamente ligado à ausência de trabalho qualificado e de oportunidades no setor produtivo. “Nenhuma política de segurança pública será eficaz se não houver emprego industrial e renda. Só com um novo ciclo de industrialização o Rio de Janeiro poderá enfraquecer o poder do crime organizado”, disse.

Ele também criticou os discursos tradicionais sobre segurança pública, tanto da direita quanto da esquerda. “A direita acredita que o problema se resolve com mais armas, e a esquerda acha que se resolve apenas com políticas sociais. Nenhum dos dois enfrenta a raiz econômica da violência: a desindustrialização. É preciso recolocar o trabalho e a produção no centro do projeto nacional”, defendeu.

Ao abordar a experiência chinesa, Jabbour destacou que o país conseguiu combinar planejamento estatal, desenvolvimento tecnológico e industrialização para reduzir desigualdades e garantir soberania. “A China mostrou que não há milagre: só há segurança e estabilidade social quando há emprego produtivo e indústria forte. É isso que precisamos reconstruir no Brasil”, disse o professor.

A palestra fez parte das atividades acadêmicas da UFRRJ voltadas à reflexão sobre os rumos do desenvolvimento brasileiro e os desafios da soberania nacional.

Reprodução/MD

Ele foi secretário-geral da Presidência

“Bolsonaro prejudicou as Forças Armadas”, afirma general Carlos Santos Cruz

O general Carlos Alberto dos Santos Cruz, ex-ministro da Secretaria de Governo, afirmou que “jamais uma pessoa causou tanto prejuízo para a imagem das Forças Armadas” como Jair Bolsonaro ao tentar jogar a instituição em seu plano golpista.

Em entrevista ao canal UOL News, Santos Cruz avaliou que as Forças Armadas “sofreram um dano muito grande pela conduta do ex-presidente” e lamentou que militares “foram encantados pela irresponsabilidade” e participaram da tentativa de golpe.

O general Santos Cruz disse que a condenação de Jair Bolsonaro e de seus aliados poderia ser evitada “se houvesse uma normalidade no comportamento”. “Houve uma eleição, que pode ganhar ou perder. Não pode entrar em uma eleição com o espírito de ‘se eu ganhar, valeu, se não ganhar, não valeu’”.

“É a principal obrigação do presidente da República manter a paz social”, disse, assinalando que Bolsonaro deveria ter reconhecido a derrota para disputar as eleições de 2026.

“Não precisava ter aquelas cenas ridículas todas, aqueles acampamentos, nada daquilo. A gente teria a vida normal, sem esses absurdos e todo aquele pessoal condenado. Eu vejo um presidente irresponsável causando um prejuízo imenso”, comentou.

Ele ainda falou que considera a atuação do deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) nos Estados Unidos por sanções contra o Brasil uma “traição à pátria”.

“Ir para os EUA para conseguir sanções e medidas contra o Brasil, para mim, é absurdo. Isso é um problema de Justiça”, continuou.

“E o pior de tudo é a manutenção do salário e da função, despesas de milhões com gabinete, assessores e funcionários. São coisas inimagináveis que estão acontecendo e não dá para aceitar isso”, acrescentou.

“Acho que qualquer político tem o direito de fazer o que bem entender, mas aqui dentro [do Brasil]. Pode xingar, pode brigar, fazer mobilizar a população na rua, fazer o quiser dentro da lei, mas aqui dentro”, completou.

Eduardo Bolsonaro está morando nos Estados Unidos desde março e tem divulgado em suas redes sociais as reuniões com membros do governo de Donald Trump para solapar a soberania brasileira.

Mesmo com ele admitindo que trabalha por sanções contra a economia e autoridades brasileiras, a Câmara dos Deputados, com voto dos bolsonaristas, manteve o mandato de Eduardo Bolsonaro.

Maioria da população do Rio de Janeiro aprova “PEC Antifacção” do governo Lula, mostra pesquisa Quaest

Pesquisa Genial/Quaest, divulgada na segunda-feira (3) pelo jornal O Globo, revela que a maioria da população do Rio de Janeiro apoia a PEC da Segurança Pública do governo Lula que visa combater, em conjunto com estados, a alta direção do crime organizado, apreendendo armas e drogas, desmantelando seus esquemas de lavagem de dinheiro e prendendo seus líderes.

Segundo o levantamento da Quaest, 52% dos moradores do Rio são favoráveis à proposta, apenas 29% são contrários, e 19% não souberam ou não quiseram responder.

A proposta do Planalto visa golpear a cabeça das facções criminosas e com isso o governo pretende resolver de fato o problema do crime organizado no país. Os bolsonaristas estão bloqueando a aprovação do projeto no Congresso Nacional porque defendem anistia para bandidos graúdos e só fazem demagogia e “espetáculo”, como ocorreu na semana passada no Rio, com os bagrinhos do crime, que vivem nas favelas do país.

O presidente Lula também assinou na sexta-feira (31), um outro o “Projeto de Lei Antifacção”, que dará mais força ao Estado para reprimir as organizações criminosas que exercem controle de territórios e atividades econômicas. A proposta será enviada para apreciação do Congresso Nacional, em regime de urgência. Ao assinar o projeto, o presidente Lula afirmou que combater as facções criminosas é uma prioridade do Governo Federal. “Nós vamos mostrar como é que se enfrentam essas facções, que vivem de explorar o povo mais humilde desse país”, disse.

De acordo com o ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, a medida responde a uma demanda da sociedade e do Congresso por mecanismos mais eficazes no combate ao crime organizado. “Esse é um projeto que vai ao encontro do desejo dos deputados, dos senadores e de toda a sociedade brasileira de combater o crime organizado de forma mais eficaz. É uma contribuição que nós estamos fazendo em diálogo com os demais Poderes, sobretudo com o Legislativo”, afirmou.

A prioridade dos projetos do governo federal é investir pesado em inteligência para atingir a cabeça do crime e acabar com as quadrilhas. Tanto a PEC quanto o projeto contra facções evita operações sangrentas, como a ocorrida no Rio, e que, além de só pegar peixe pequeno e atingir mortalmente vários moradores inocentes, não resolve o problema. Nenhum chefe da facção foi preso na operação desastrada de Cláudio Castro.

Operações – ou melhor, chacinas – como esta, conduzida pelo governador bolsonarista do Rio, só servem para fingir que ele está fazendo alguma coisa pela segurança pública de seu estado. Na verdade, a política de segurança pública dele é um desastre total. O crime e a insegurança só fazem crescer e se expandir em todo o estado e na capital. Assim como o governo do Rio, os demais governos bolsonaristas também estão fracassando no combate ao crime e, inexplicavelmente, se opõem à PEC da Segurança Pública do governo federal. O país vive sob a ameaça dos traficantes e de milícias e os governadores pouco fazem para combatê-los com eficiência.

A PEC do governo Lula visa fortalecer o papel da União e da Polícia Federal para ajudar nas ações contra as facções do crime organizado. Para isso, o texto altera artigos da Constituição que definem a competência de cada poder na segurança pública. Além disso, também inclui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp), que significará um cerco muito maior e mais efetivo aos poderosos do crime organizado em todo o país. A resistência dos bolsonaristas ao projeto, que significará uma maior presença e apoio da Polícia Federal contra essas quadrilhas, visa aliviar os grandes chefões do crime e as grandes transações de lavagem de dinheiro feitas por eles.

O próprio ministro da Fazenda, Fernando Haddad, chamou a atenção para o fato escandaloso do governo do Rio de Janeiro ter se recusado a colaborar nas operações de desmantelamento do esquema de fraude em combustíveis no estado. Segundo Haddad, esse era o principal mecanismo de lavagem de dinheiro do Comando Vermelho (CV). O caminho para estrangular financeiramente essas quadrilhas é asfixiar seus recursos. Cláudio Castro não fez nada. Não resolve ficar apenas matando os funcionários menores do crime que vivem nas favelas. Estes são substituídos rapidamente. O governador do Rio recusou ajuda federal, sabotou no combate á lavagem de dinheiro e achou melhor se concentrar apenas na raia miúda.

Na visão do ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, a “PEC Antifacção” vai dar mais força para que as polícias atuem de forma integrada com uma base de dados e procedimentos padronizados — o que não ocorre hoje. É evidente que esta união de esforços e de informações é vital para atingir o coração do crime organizado. Esta é uma ação decisiva para vencer os bandidos. A oposição bolsonarista à PEC da Segurança Pública é totalmente incompreensível e danosa à população. Impedir a sua aplicação, como estão fazendo os bolsonaristas, só beneficia os chefões do tráfico que não estão nas favelas e sim em iates e nos condomínios de luxo das grandes cidades.

Desde que foi formulada pela gestão do Ministério da Justiça de Lula, há mais de 18 meses, a PEC da Segurança Pública oferece ajuda fundamental aos estados. A proposta será mortal para o crime organizado e hoje só é alvo de críticas de parlamentares e governadores bolsonaristas. Eles parecem proteger os chefes do tráfico de drogas e seus esquemas financeiros de lavagem de dinheiro. A declaração falsa de Cláudio Castro, de que o Rio estava abandonado pelo governo federal, só reflete sua teimosia em recusar qualquer ajuda. Ele se recusou a colaborar com as ações Polícia Federal contra as facções.

O pretexto dos bolsonaristas de que a PEC seria uma intromissão federal nos estados não corresponde à verdade e só dá mais fôlego aos bandidos. O texto diz que a PEC “não exclui” as “competências comuns e concorrentes dos demais entes federativos relativas à segurança pública e à defesa social, nem restringem a subordinação das polícias militares, civis e penais e dos corpos de bombeiros militares aos governadores dos Estados e do Distrito Federal”. A verdade é que a integração proposta pelo Planalto é o que garante que a cabeça do crime organizado seja derrotada. O comportamento contrário dos bolsonaristas mostra que não é essa a prioridade de seus governos e parlamentares.

“Governo federal atua para quebrar a espinha dorsal das facções e do tráfico”, afirma Lula

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou na terça-feira (4) que seu governo vem aumentando radicalmente as operações de combate às facções e que seguirá fazendo um enfrentamento contundente ao crime organizado no país. As declarações surgem uma semana após a chacina patrocinada pelo governo do Rio de Janeiro, que deixou ao menos 121 mortos e não conseguiu prender nenhum líder da facção criminosa Comando Vermelho.

“O Governo do Brasil está atuando para quebrar a espinha dorsal do tráfico de drogas e do crime organizado. Com mais inteligência, integração entre as forças de segurança e foco nos cabeças do crime – quem financia e comanda as facções”, escreveu o presidente Lula no X, depois de criticar a desastrada operação, classificada por ele com uma matança com poucos resultados concretos.

Em sua postagem, o presidente Lula reforça que seu governo retirou do crime organizado bilhões de reais e que a Polícia Federal (PF) aumentou drasticamente o número de suas operações, bem como a Polícia Rodoviária Federal (PRF). Desde 2023, as ações do Governo já retiraram R$ 19,8 bilhões das mãos de criminosos, o maior prejuízo já imposto ao crime, enfraquecendo lideranças e redes financeiras.

O presidente Lula destacou as ações de inteligência integrada entre os países da região e também defendeu o Projeto de Lei (PL) contra facções criminosas, o PL Antifacção. Segundo ele, o texto “moderniza e integra as forças policiais, incorpora as Guardas Municipais e garante recursos permanentes para estados e municípios”.

O número de operações da Polícia Federal cresceu 80% desde 2022, saltando de 1.875 para 3.393 em 2024. Em 2025, já são 2.922 até outubro. Nas rodovias, a Polícia Rodoviária Federal apreendeu 850 toneladas de drogas em 2024 — recorde histórico. A inteligência e a integração também avançaram. “Em setembro, inauguramos em Manaus o Centro de Cooperação Policial Internacional da Amazônia (CCPI) — iniciativa inédita entre nove países da Pan-Amazônia e nove estados brasileiros, para combater tráfico, garimpo ilegal e crimes ambientais”, afirmou.

O Governo reafirmou sua prioridade em quebrar a estrutura do crime organizado no país e enviou ao Congresso o PL Antifacção, que endurece as penas e asfixia financeiramente as facções; e a PEC da Segurança Pública, que moderniza e integra as forças policiais, incorpora as Guardas Municipais e garante recursos permanentes para estados e municípios. “Essas medidas completam o ciclo da segurança: investigação mais eficaz, integração institucional e base legal sólida — uma combinação que consolida o enfrentamento ao crime no Brasil”, conclui o presidente.

Senado aprova isenção de IR proposta pelo governo de Lula por unanimidade

O Senado aprovou, na quarta-feira (5), o PL 1.087/25, que isenta do Imposto de Renda quem ganha até R$ 5 mil mensais e aumenta a tributação sobre altas rendas e dividendos.

O texto, de autoria do governo Lula, e relatado pelo senador Renan Calheiros (MDB-AL), foi aprovado simbolicamente e por unanimidade após análise na CAE (Comissão de Assuntos Econômicos).

Renan acatou apenas emendas de redação para evitar o retorno do projeto à Câmara. Segundo ele, “a medida reduz a carga tributária sobre 25 milhões de brasileiros de baixa renda e corrige uma anomalia histórica do sistema”.

ABRANGÊNCIA

A nova tabela entra em vigor em janeiro de 2026. A isenção vale para rendas até R$ 5 mil, com descontos parciais até R$ 7.350. Acima desse valor, permanecem as alíquotas atuais.

O texto aprovado também cria tributação mínima de 10% para rendimentos anuais acima de R$ 1,2 milhão, incluindo lucros e dividendos.

Pagamentos acima de R$ 50 mil mensais em dividendos também serão tributados. Distribuições aprovadas até dezembro de 2025 ficarão isentas.

O senador Randolfe Rodrigues (PT-AP), líder do governo no Congresso, lembrou que a tabela ficou congelada entre 2015 e 2022 e disse que Lula “recoloca o IR no trilho da justiça social”.

TAXAÇÃO

Para compensar a renúncia fiscal, o Senado analisará o PL 5.473/25, de autoria de Renan, que eleva a tributação sobre fintechs e apostas de quota fixa (bets).

O texto, relatado por Eduardo Braga (MDB-AM), dobra a alíquota da CSLL (Contribuição Social sobre Lucro Líquido) de 12% para 24% e busca coibir lavagem de dinheiro e evasão fiscal no setor.

CONTEXTO

A aprovação unânime reforça a estratégia do Planalto de demonstrar compromisso com os assalariados e a chamada “classe média”, na contramão dos rentistas que querem ajuste fiscal e arrocho contra os trabalhadores.

Lula deve sancionar o texto nas próximas semanas.

Boulos toma posse como ministro da Secretaria-Geral da Presidência

O deputado Guilherme Boulos (PSol-SP) foi empossado como ministro da Secretaria-Geral da Presidência, na quarta-feira (29), e disse que tem orgulho de participar de um governo que tirou o Brasil do mapa da fome e “sabe que a cabeça do crime organizado deste país não está em um barraco em uma favela, mas na lavagem de dinheiro da Faria Lima”.

Boulos começou o seu discurso pedindo um minuto de silêncio “por todas as vítimas da operação no Rio de Janeiro, policiais, moradores, por todos”. A operação realizada a mando do governador Cláudio Castro (PL) resultou na morte de cerca de 130 pessoas, entre as quais 4 policiais.

Guilherme Boulos contou ter recebido de Lula a missão de “colocar o governo na rua, rodar todos os cantos desse país. Ouvir as pessoas, conversar olho no olho, ter a humildade de ouvir críticas e, ao mesmo tempo, apresentar o que o nosso governo tem feito pelo povo brasileiro”.

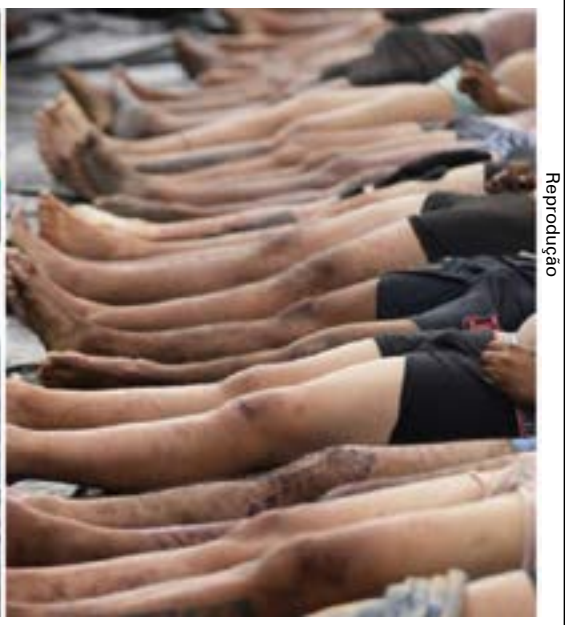
O novo ministro da Secretaria-Geral disse que vai dar “ainda mais voz aos trabalhadores deste país que não aguentam mais a escala 6×1”.

Por meio de suas redes sociais, o presidente Lula comentou que “Boulos chega ao governo com a missão de ampliar ainda mais o diálogo com os movimentos sociais. Tenho certeza de que ele continuará trabalhando pelos brasileiros e brasileiras como sempre fez em sua trajetória”.

Ele agradeceu ao ex-ministro da Secretaria-Geral, Márcio Macedo, “pela dedicação à participação social e pela missão cumprida” à frente do Ministério.

Secretário diz que prender chefes do CV “nunca foi” objetivo no Rio

Enquanto Castro justificava a matança de 121 pessoas para “prender os líderes”, Victor Santos afirma que chacina na favela serviu para “busca de informações”



Reprodução

Segundo o secretário de Claudio Castro, “o foco nunca foi o criminoso”

O secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, Victor Santos, afirmou que a megaoperação policial realizada nos complexos da Penha e do Alemão — que deixou ao menos 121 mortos — não tinha como foco prender líderes do Comando Vermelho.

A declaração contrasta com o discurso inicial do governo Cláudio Castro (PL), que havia divulgado que a ação era destinada a capturar chefes da facção criminosa que domina a região. Segundo o secretário, “o foco nunca foi o criminoso”.

Em entrevista à Folha, Santos disse que a operação visava obter informações sobre o funcionamento da organização criminosa: “Tínhamos dois objetivos: o cumprimento de mandados de busca e apreensão e mandados de prisão.”

“Na busca e apreensão a gente busca informações interessantes para a investigação. Redes de wi-fi, acesso a arquivos de nuvem, mídia.”

O secretário ampliou seu argumento ao afirmar que o objetivo não era deter os nomes mais procurados da facção:

“A segurança pública no Rio sempre teve um foco que eu acho equivocado: olhar a criminalidade na figura do criminoso. Quem é o inimigo número um? É o Doca. O Doca é preso ou morto, entra o segundo. E entra o terceiro. Esse ciclo vai acontecer a vida inteira? Não.”

E reforçou: “Hoje o foco é o negócio. [...] Então o foco nunca foi o criminoso. Eu quero os dados.”

O discurso contraria a narrativa oficial dada após a operação, quando o governo afirmou que a ação era resultado de um ano de investigação sobre lideranças do tráfico. Apesar disso, nenhum dos 121 mortos durante o confronto estava entre os nomes listados na denúncia que deu origem aos mandados da operação. O principal alvo anunciado, o traficante conhecido como Doca, não foi preso e segue foragido.

DADOS X PRISÕES

Ao justificar o novo foco, o secretário afirmou que a obtenção de equipamentos e informações seria mais eficaz para “asfixiar financeiramente” o Comando Vermelho do que a prisão de indivíduos específicos. Ele usou como exemplo o próprio esquema de venda de sinal clandestino de internet nas favelas:

“Se imaginar 280 mil pessoas, dividir a metade, 140 mil, pagando um plano básico de internet de R$ 100, temos R$ 14 milhões só de internet. Quanto de droga o criminoso tem de vender para faturar R$ 14 milhões?”

Mesmo com o recorde de mortos — número que ultrapassa a soma de várias operações policiais dos últimos anos e, até mesmo a morte de 4 policiais — o secretário voltou a classificar a ação como bem-sucedida:

“Para a gente foi um sucesso, porque quantos inocentes foram mortos?”

E reforçou que a letalidade é algo previsto nas ações: “A morte é o previsível, mas não desejado dentro do planejamento.”

ATP

Aumento do IPTU prejudicará moradores da periferia

“Aumento abusivo”: vereadores criticam nova tabela de IPTU que pesa mais sobre periferia de SP

O aumento do IPTU aprovado pela Câmara Municipal de São Paulo nesta quarta-feira (29) provocou fortes críticas de vereadores da oposição que apontaram a falta de justiça social na medida. Segundo o vereador Nabil Bonduki (PT), o projeto do prefeito Ricardo Nunes (MDB) desconsidera a realidade da população, que não teve aumento de renda proporcional à valorização dos imóveis.

“É uma atualização da planta genérica de valores que, como a cidade de São Paulo tem tido um processo de dinâmica imobiliária muito grande, essa valorização é muito acima da inflação em quase todas as áreas da cidade”. Ele ressalta que o reajuste era necessário porque os imóveis se valorizaram acima da inflação.

No entanto, “a questão é que a população de São Paulo não teve o seu aumento de renda equivalente ao aumento da valorização dos imóveis. Portanto, ela não tem um acréscimo de renda que cria condições de pagar o IPTU valorizado, hoje com a trava de 10%, porque ela não teve um aumento de salário ou de renda equivalente à valorização dos imóveis, e mesmo os 10% da trava”, afirmou Bonduki.

O vereador alertou que, mesmo com a limitação de 10% ao ano, os aumentos consecutivos pesarão no bolso da população: “Lembrando que os 10% da trava vão ser consecutivos. Portanto, daqui a quatro anos, nós vamos estar em 46% de aumento em todos os imóveis que tiveram valorização em torno de 40% da planta genérica de valores, e isso corresponde à maior parte dos imóveis da cidade.”

Bonduki ressaltou que o reajuste deveria seguir a capacidade de pagamento das pessoas: “Quando eu elevo a alíquota do IPTU acima da capacidade de pagamento das pessoas, eu estou, muitas vezes, dificultando que aquelas famílias possam efetivamente pagar esse IPTU. Muita gente começa a ter o imposto próximo ao valor de um aluguel, e acaba sendo empurrada para fora do bairro onde mora.”

O vereador Celso Giannazi (PSOL) também criticou o reajuste. Para ele, o projeto é “abusivo” e atinge principalmente as regiões mais vulneráveis da capital. “É um projeto que aumenta o IPTU, é um projeto abusivo que aumenta o IPTU da cidade de São Paulo para as regiões da cidade mais vulneráveis”, observou.

Para Celso, o reajuste afeta muitos moradores da periferia de São Paulo. “A gente tem aumentos abusivos na Zona Sul, no Grajaú, no Jardim Ângela, na Brasilândia, na Zona Norte, na Zona Leste, Jardim José Bonifácio. Nós conseguimos demonstrar aqui que o prefeito Ricardo Nunes não tratou do princípio da capacidade contributiva – de que quem pode mais paga mais e quem não pode, ou não pode muito, paga menos”, defendeu o vereador. “Nós votamos contra, obstruímos aqui, mas infelizmente o prefeito Ricardo Nunes tem esse ódio com as pessoas mais pobres da cidade de São Paulo”.

Ele ainda lembrou que “dois milhões de contribuintes terão aumento total entre 20% e 40% no imposto”, e que em bairros periféricos, como o Jardim Ângela, o reajuste médio chegará a 44,61%.

Nenhum dos 99 corpos identificados consta da denúncia que embasou a ação no Rio

Nenhum dos 99 mortos identificados até agora na operação sangrenta da última terça-feira (28) — que deixou 121 mortos nos complexos do Alemão e da Penha — consta da denúncia do Ministério Público que serviu de fundamento para a matança.

Ainda assim, a ação é celebrada como “vitória” pelo governo bolsonarista fluminense e por governadores fascistas, em meio às críticas nacional e internacional sobre abusos, falta de transparência e letalidade estatal.

Claudio Castro praticou a mais letal operação

“SUCESSO”

O governador bolsonarista Cláudio Castro (PL) celebrou e classificou a operação como “bem-sucedida” e afirmou que as “únicas vítimas” foram apenas os 4 policiais mortos.

O discurso foi ecoado por governadores da oposição extrema-direita ao presidente Lula (PT), como Tarcísio de Freitas (Republicanos-SP) e Ronaldo Caiado (União Brasil-GO), que anunciaram o “Consórcio da Paz” (e ainda debocham) para replicar a ação eleitoreira em cima de corpos e sangue fluminense.

ALERTA INSTITUCIONAL

A Defensoria Pública contesta o número oficial e aponta que as mortes podem chegar a 132. Denúncias de execução, desaparecimento e impedimento ao socorro estão sob apuração.

A ONU (Organização das Nações Unidas) expressou “extrema preocupação” e cobrou investigação independente e reforma do policiamento, e destacou que ações desse tipo têm, historicamente, impacto desproporcional sobre populações negras e periféricas.

“A longa lista de operações que resultam em muitas mortes, que afetam desproporcionalmente pessoas negras, levanta questões sobre a forma como essas incursões são conduzidas”, disse o porta-voz do secretário-geral da ONU, António Guterres.

MAIS FASCISTIZAÇÃO

O secretário de Polícia Civil, Felipe Curi, afirmou que o CV (Comando Vermelho) teria “deixado de ser organização criminosa” para se tornar “grupo narcoterrorista”, com integrantes “formados e treinados”, inclusive oriundos de outros Estados.

A adoção dessa narrativa aciona léxico de guerra, que autoriza o Estado a tratar territórios urbanos periféricos como campos de batalha, sob lógica miliciana de “neutralização do inimigo”.

Na prática, este conceito abre margem para mais fascistização:

- Suspensão informal de garantias constitucionais;
- Naturalização do uso letal da força;
- Criminalização coletiva de comunidades; e
- Incentivo às políticas de confronto permanente.

Em vez de abordar causas profundas do crime — desigualdade, ausência de serviços públicos, mercado ilegal de armas, prisões dominadas por facções — opta-se por atalho discursivo perigoso, que legitima a violência estatal.

Violência em SP explode sob Tarcísio: homicídios e furtos disparam na capital

Os dados divulgados pela Secretaria da Segurança Pública de São Paulo (SSP) mostram que a capital paulista enfrenta um aumento preocupante nos homicídios dolosos. Entre janeiro e setembro de 2025, foram registrados 402 assassinatos com intenção, um salto de 9% em relação ao mesmo período de 2024, quando houve 367 mortes — número idêntico ao contabilizado em 2023.

Em setembro, a cidade somou 52 homicídios, fazendo do mês o segundo mais violento do ano, ficando atrás apenas de junho, responsável por 56 mortes, incluindo 15 ossadas encontradas em um cemitério clandestino na região do parque dos Búfalos, no Jardim Apurá, zona sul.

O cenário na capital destoa do registrado em nível estadual, onde os homicídios dolosos caíram 3%, passando de 1.945 para 1.887 vítimas. Segundo nota oficial, a SSP afirma estar aprimorando políticas de repressão ao crime com o uso de inteligência policial, tecnologia e inovação. A pasta da gestão Tarcísio de Freitas destaca ainda o programa SP Vida, que analisa continuamente os crimes contra a vida “para formular estratégias e políticas públicas mais assertivas”.

Nos furtos — houve uma leve queda no estado, com registros passando de aproximadamente 413 mil para 416 mil, variação inferior a 1%. Mas na capital o aumento foi mais nítido: 5%, com salto de 179.614 para 188.976 ocorrências no período analisado. Autoridades consideram que esse avanço pode estar relacionado a modalidades como a “gangue da bike”, que age sobre duas rodas para tomar celulares de transeuntes, e a furtos de aparelhos dentro de carros parados no trânsito.

Os casos de estupro também cresceram no estado: foram 10.950 registros, 93 a mais que no mesmo intervalo de 2024. A capital foi exceção nessa modalidade, com 11 denúncias a menos do que no ano passado.

Enquanto homicídios e furtos subiram, os roubos — que envolvem violência ou grave ameaça — despencaram tanto na capital quanto no estado. O total de ocorrências no território paulista caiu 14%, de 146.455 para 125.532, ou cerca de 21 mil casos a menos. Na cidade de São Paulo, a redução foi de cerca de 10 mil registros. O número de latrocínios também recuou: no estado, passou de 135 para 103 vítimas; na capital, de 43 para 28 mortes.

A SSP afirma que “entre janeiro e setembro, a cidade registrou queda nos roubos em geral e nos roubos de veículos, que atingiram os menores patamares dos últimos 25 anos”.

APEOESP

Protesto de professores e estudantes contra fechamento do ensino noturno

“Tarcísio retira acesso à educação de quem precisa”, denuncia professora estadual

A decisão do governo Tarcísio de Freitas e do secretário estadual da Educação, Renato Feder, de fechar turmas do ensino noturno e transferir compulsoriamente estudantes da rede estadual tem provocado forte reação entre professores, estudantes e entidades sindicais. A Subsede Lapa da Apeoesp (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo) divulgou nota pública denunciando o que chama de política excludente e autoritária e convocando mobilizações em defesa do direito à educação.

Segundo a entidade, alunos do ensino regular e da Educação de Jovens e Adultos (EJA) estão sendo transferidos sem autorização para outras escolas ou turnos. Em muitos casos, as matrículas já aparecem alteradas no sistema da Secretaria Escolar Digital (SED), sem consulta aos estudantes ou seus responsáveis.

A coordenadora da Subsede Lapa, professora Flavia Bischain, critica a forma como o governo vem conduzindo o processo. “O que estamos vendo é uma reorganização da rede feita pelo governo Tarcísio sem nenhuma transparência, nem diálogo com a comunidade escolar”, afirma.

De acordo com a nota da Subsede Lapa, a política da Secretaria da Educação repete práticas de governos anteriores, como a reorganização escolar de 2015, que foi derrotada após uma onda de ocupações estudantis. “A diferença é que, desta vez, o plano é ainda mais grave, pois não apenas fecha escolas ou salas, mas retira o direito de acesso à educação de quem mais precisa dela”, destaca o documento.

“Trata-se de uma manobra para eliminar a demanda e justificar o fechamento do noturno”, denuncia a Apeoesp. “Ao centralizar o ensino noturno em poucas escolas, longe dos alunos, o governo dificulta o acesso e empurra milhares de trabalhadores para fora da escola.”

O plano prevê o fechamento da maioria das turmas noturnas, mantendo apenas algumas escolas polo, às quais os estudantes só poderão ter acesso se comprovarem vínculo formal de trabalho. A exigência, afirmam os professores, exclui justamente os mais pobres, já que cerca de 44% dos jovens de 14 a 24 anos trabalham na informalidade, segundo dados do Ministério do Trabalho.

A professora Flavia destaca que os estudantes trabalhadores são os mais prejudicados, e que as mulheres são as principais vítimas dessa exclusão. “Os estudantes que trabalham são os mais prejudicados, pois muitos ficarão sem estudar. Os que estão em trabalhos informais, as mulheres que cuidam dos filhos ou parentes, ou quem está procurando emprego, não consegue comprovar a necessidade de estudar à noite e vai ficar sem vaga pelo fechamento do ensino noturno em várias escolas na região.”

A nota da Subsede reforça esse ponto, lembrando que as mulheres — especialmente mães e responsáveis por tarefas domésticas e de cuidado — são as mais atingidas pela nova política. Muitas delas não conseguem comprovar vínculo formal de trabalho, e por isso perdem o direito à matrícula no turno noturno. “Essa medida reproduz a desigualdade de gênero e aprofunda o processo de exclusão das mulheres da escola e do mercado de trabalho”, alerta o sindicato.

“Muitos estudantes trabalham por conta própria, fazem bicos ou cuidam dos irmãos e dos filhos durante o dia. Ao exigir comprovante de emprego formal, o governo condena essas pessoas a abandonarem os estudos”, reforça a Subsede Lapa.

Além do impacto sobre os alunos, a medida também golpeia os profissionais da educação. O fechamento das turmas noturnas implica redução na atribuição de aulas e ameaça direta aos contratos temporários e terceirizados. “Com menos turmas, haverá desemprego e precarização ainda maior para os profissionais da educação”, afirma o sindicato.

Flavia Bischain também denuncia o caráter autoritário e ilegal das transferências, realizadas sem autorização das famílias. “O mais grave é que as matrículas estão sendo transferidas para o matutino ou mesmo para outras escolas sem a autorização dos pais e dos alunos. Por isso estamos denunciando e mobilizando a comunidade contra esse absurdo.”

A Apeoesp lembra ainda que a Secretaria da Educação pretende implantar um projeto piloto de EJA à distância, com salas que poderiam reunir mais de 500 alunos, algo que já está sendo questionado na Justiça. Para a entidade, a medida faz parte de um processo de desmonte e plataformização da escola pública, com vistas à privatização.

O governo estadual se ampara na nova Política Nacional do Ensino Médio, sancionada em 2024 pelo governo federal, que permite manter apenas uma escola com ensino noturno em cada município “quando houver demanda manifesta e comprovada”. Para os professores, essa redação legal abre brecha para o fechamento generalizado das turmas noturnas e facilita a exclusão dos alunos trabalhadores.

Centrais repudiam decisão do BC de manter juros nas alturas

Federações e sindicatos se unem em defesa dos Correios públicos e dos direitos dos trabalhadores

As federações representativas dos trabalhadores dos Correios, FINDECT e FENTECT, junto com dirigentes sindicais de todas as regiões do país, realizaram entre os dias 27 e 28 de outubro uma série de reuniões em Brasília com o objetivo de fortalecer a unidade nacional da categoria e avançar na defesa dos Correios como empresa pública.

No dia 27, as entidades reuniram representantes dos sindicatos filiados para debater a conjuntura da empresa e definir uma pauta unificada de lutas. O encontro destacou a urgência de um aporte financeiro do governo federal para garantir a sustentabilidade da estatal e a valorização dos trabalhadores. Também foram discutidas questões como contratos de limpeza e transporte de cargas, além de estratégias para fortalecer a presença dos Correios em todo o território nacional.

"Este é um momento histórico de reorganização da categoria. A união dos sindicatos é fundamental para garantir uma campanha salarial justa, ações firmes em defesa da empresa e o fortalecimento do diálogo com o governo federal", afirmou Elias Diviza, vice-presidente da FINDECT e presidente do SINTECT-SP, sindicato da categoria em São Paulo.

Na mesma linha, Wilson Araújo, presidente do SINTECT (Maranhão) e diretor da FINDECT, reforçou que "os interesses da categoria estão acima de tudo. A união das entidades permite avançar na defesa de salários dignos, melhores condições de trabalho e no fortalecimento dos Correios como empresa pública essencial para o país".

O secretário de Assuntos Parlamentares da Federação, Silvio Prudêncio, destacou a necessidade de um diálogo direto com o presidente: "Os Correios são estratégicos para o Brasil e não podem ser tratados apenas como um problema financeiro. Precisamos de aporte, investimento e participação da categoria nas decisões. O presidente Lula precisa ouvir os trabalhadores e garantir soluções concretas".

No dia seguinte, 28 de outubro, representantes das duas federações e de sindicatos de todo o Brasil se reuniram com o presidente dos Correios, Emmanoel Rondon, para tratar da situação financeira da empresa e das negociações do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT).

Durante o encontro, Elias Diviza reafirmou que há consenso entre as federações pela reedição do acordo coletivo e pela reposição da inflação, como forma de assegurar estabilidade aos trabalhadores e contribuir para a recuperação da estatal. "Neste momento, nossa maior contribuição é pedir a reedição do acordo coletivo, não abrindo mão de nenhum direito da categoria", disse.

O presidente da Federação, José Aparecido Gândara, reforçou o posicionamento: "Os trabalhadores não podem pagar pela crise. A FINDECT está na luta, juntamente com todos os sindicatos, por nenhum direito a menos. Os trabalhadores devem ser respeitados, pois são eles que seguram essa empresa de pé."

Com a unificação das entidades e o compromisso conjunto de defesa dos Correios públicos, a categoria prepara um calendário nacional de lutas e mobilizações. As próximas etapas das negociações com a direção da empresa seguem nesta semana, com o objetivo de garantir avanços os direitos conquistados pela categoria.

Fotos: Jaélcio Santana

Entidades de servidores, centrais sindicais e movimentos sociais repudiaram a PEC 38

As centrais sindicais reagiram à manutenção da taxa básica de juros em 15%a.a., decidida pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) nesta quarta-feira (5). Segundo as centrais, a permanência dos juros entre os maiores do mundo, "trava o crescimento, o consumo e a geração de empregos".

Para o presidente da Força Sindical, Miguel Torres, "juros altos é irresponsabilidade com o País". "A taxa Selic em patamares exorbitantes é outro aceno aos especuladores", diz a nota da central.

De acordo com Miguel Torres, "a política praticada pelo BC é uma escolha que serve aos rentistas e aos bancos, e não ao povo brasileiro". "Continuar com a atual taxa de juros impõe um forte obstáculo ao desenvolvimento do País", afirma.

O presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Adilson Araújo, enfatizou que a política de juros praticada pelo Banco Central "é uma escolha política que serve aos rentistas e aos bancos, e não ao povo brasileiro".

Em nota divulgada no início da noite, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) também repudiou a decisão do Copom de manter a Selic 15%. "Essa política monetária conservadora ignora o cenário de inflação controlada e a tendência global de redução de juros, especialmente nos Estados Unidos, e impõe graves prejuízos à população brasileira e ao desenvolvimento nacional", afirma a entidade.

A CUT salienta que a manutenção da Selic em patamar historicamente elevado favorece exclusivamente o mercado financeiro e os rentistas, que lucram com títulos da dívida pública sem gerar emprego, renda ou investimento produtivo.

"Enquanto isso, empresas – sobretudo as pequenas e médias, principais geradoras de trabalho – enfrentam crédito proibitivo, o que desestimula a produção, a inovação e a geração de riqueza", argumenta. A central ressalta ainda que a taxa de juros elevada impacta diretamente o orçamento das famílias, que enfrentam juros abusivos em empréstimos, cartões de crédito e financiamentos. "O resultado é o aumento do endividamento, da inadimplência e da deterioração das condições de vida, mesmo com a queda do desemprego".

"O Governo Federal também é penalizado, pois bilhões de reais são deslocados de áreas essenciais como saúde, educação e infraestrutura para o pagamento de juros da dívida pública", ressalta. De acordo com a CUT, com a inflação sob controle, como a atual, a justificativa do Banco Central para contê-la não se justifica.

"A inflação atual decorre de choques de custo – como preços internacionais e distorções pós-pandemia – em não de excesso de demanda. A política do Copom, desconectada das necessidades sociais, aprofunda a desigualdade e sabota os esforços do governo federal para impulsionar a economia", diz.

"É hora de romper com a lógica do rentismo e colocar o Brasil no caminho do crescimento sustentável, com mais empregos, renda e justiça social", convoca a entidade, defendendo "o imediato processo de redução da Selic".

Deputados apontam risco aos serviços públicos e retiram apoio à PEC da reforma administrativa

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da reforma administrativa, defendida pelo presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, e partidos de direita, perdeu força esta semana entre parlamentares da Casa.

Após a intensa campanha das entidades representativas dos servidores públicos, centrais sindicais e entidades da sociedade civil contra a PEC que retira direitos dos servidores, e representa o desmonte do serviço público, com grande manifestação em Brasília e a promoção de várias atividades esclarecedoras dentro do Congresso Nacional, na terça-feira (29), dez Deputados protocolaram pedidos de retirada de assinatura de apoio à PEC.

A proposta, de autoria dos deputados Zé Trovão (PL-SC), Fausto Santos Jr. (União Brasil-AM), Marcel van Hattem (Novo-RS), Neto Carletto (Avante-BA) e Júlio Lopes (PP-RJ), com relatoria do deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), que encontra forte resistência em setores do Congresso, foi protocolado com o mínimo de assinaturas (171), após articulação do presidente da Câmara.

Embora os pedidos de retirada de assinaturas não tenham efeito prático – considerando que, com a PEC já protocolada, só pode ser derrubada caso mais da metade dos deputados que assinaram solicitem a retirada do apoio –, o recuo dos parlamentares demonstra a dificuldade da matéria em avançar na Casa.

Dois deputados do partido do presidente da Câmara, Fatima Pelaes (AC) e Murilo Galdino (PB), apresentaram a mesma justificativa para a retirada da assinatura: "Manifesto minha discordância quanto ao seu conteúdo e aos seus eventuais efeitos".

Os outros oito parlamentares que pediram a retirada da assinatura foram: Duda Ramos (MDB-RR), Emidinho Madeira (PL-MG), Pastor Diniz (UNIÃO-RR), Haroldo Cathedral (PSD-RR), Helena Lima (MDB-RR), Marx Beltrão (PP-AL), Alexandre Guimarães (MDB-TO) e Rafael Prudente (MDB-DF).

Em sua justificativa, o deputado Rafael Prudente argumentou que, "após acompanhar a repercussão social e técnica da matéria, ouvir especialistas, servidores, representantes de diversas categorias e refletir sobre os possíveis desdobramentos para o serviço público, compreendi que o texto, da forma como está, não atende aos princípios de valorização, estabilidade e meritocracia que considero essenciais para o fortalecimento do Estado brasileiro".

"A assinatura inicial foi motivada pelo intuito de fomentar o debate sobre o tema, mas, com os novos pareceres técnicos e as manifestações da sociedade civil, requeiro a exclusão definitiva de meu nome do rol de subscritores da PEC", justificaram os deputados Emidinho Madeira e Haroldo Cathedral.

Outras justificativas foram: "Prejuízo aos servidores públicos e ao serviço público", "risco para a qualidade dos serviços públicos" e "ofensa aos princípios constitucionais e pacto federativo", apresentada pelo deputado Pastor Diniz; "discordância" com "o conteúdo e efeitos da PEC", afirmado por Marx Beltrão. Os deputados Duda Ramos, Helena Lima e Alexandre Guimarães apresentaram o pedido de retirada de assinatura sem justificativa.

Boulos se reúne com servidores e debate enfrentamento à reforma administrativa

Em reunião com a Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB) e com representantes das centrais sindicais no Palácio do Planalto, na quinta-feira (30), o novo ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Guilherme Boulos, assumiu um compromisso formal para o enfrentamento da nova Reforma da Previdência, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC 38/2025), que tramita na Câmara dos Deputados.

No encontro – o primeiro de Boulos como ministro –, ele não apenas se posicionou contrário à PEC, que propõe mudanças significativas na estrutura e gestão do Estado, com perda de direitos dos servidores e desmonte do serviço público, mas se comprometeu a encaminhar imediatamente discussões sobre a proposta dentro do governo e no Congresso Nacional.

De acordo com o presidente da CSPB, João Domingos Gomes dos Santos, que cobrou uma posição mais firme do governo para barrar a PEC, o ministro ficou de marcar uma reunião já na próxima semana com integrantes do Grupo de Trabalho (GT) da Reforma Administrativa, da Câmara dos Deputados, e com a ministra da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI), Esther Dweck.

João Domingos, que classifica a PEC como "imprestável" e "de uma inconstitucionalidade tão fragrante quanto insuperável", propõe que as entidades de servidores públicos, as Centrais e lideranças contrárias à PEC, "intensifiquem ações nos estados do Rio de Janeiro e Paraná, bases dos principais articuladores da proposta".

"A vitória depende da mobilização nas ruas e nas redes, quem apoiar a PEC será punido nas urnas", afirmou o líder sindical.

"Sair daqui com esses compromissos firmados é um passo importante, uma vitória parcial da nossa pressão", disse João Domingos, e alertou: "Estamos otimistas, mas não somos ingênuos. O governo precisa se orientar e ser orientado para tomar uma posição quanto à Reforma Administrativa", disse.

Ainda ressaltando a inércia do governo federal em relação à PEC, o presidente da CSPB afirma que "a circunstância passa para todos, particularmente para a nossa categoria, a percepção de que o governo está bem confortável com essa reforma, se não com toda ela, ao menos com alguns pontos... e deixa correr frouxo para não assumir o desgaste e as reações da nossa categoria", criticou.

Câmara aprova projeto que amplia licença-paternidade para 20 dias

A Câmara dos Deputados aprovou, nesta terça-feira (4), o PL 3.935/08, do senador Flávio Arns (PSB-PR), que amplia a licença-paternidade de 5 para 20 dias, com implementação escalonada: 10 dias nos 2 primeiros anos, 15 no terceiro e 20 no quarto ano.

A licença será paga pela Previdência Social e o projeto retorna ao Senado para análise final. Depois, vai à sanção presidencial.

Pais poderão dividir o período em 2 blocos e, em casos de crianças com deficiência, o benefício será ampliado em 1/3. A regra vale para nascimento, adoção ou guarda judicial.O texto assegura estabilidade no emprego durante a licença e até 1 mês após o término do período do afastamento. Se o trabalhador for demitido antes de usufruí-la, haverá indenização.

A ampliação plena para 20 dias dependerá do cumprimento da meta fiscal do segundo ano de vigência da lei. Segundo projeções, o impacto inicial seria de R$ 4,34 bilhões em 2027.

Para o relator, deputado Pedro Campos (PSB-PE), a licença estendida promove equilíbrio familiar, saúde materno-infantil e divisão justa de responsabilidades, com base em estudos da Fiocruz e Unicef.

Ele citou experiências pessoais com a filha recém-nascida para ilustrar a importância da presença paterna.

Deputados como Tabata Amaral (PSB-SP), Jack Rocha (PT-ES), Tarcísio Motta (PSol-RJ) e Chico Alencar (PSol-RJ) defenderam o projeto como avanço civilizatório, reforço à igualdade de gênero e política de fortalecimento das famílias, em linha com recomendações da OIT (Organização Internacional do Trabalho).

O deputado Marcel van Hattem (Novo-RS) alertou para possíveis efeitos sobre empregabilidade e custos, especialmente para micro e pequenas empresas. Bia Kicis (PL-DF) e Chris Tonietto (PL-RJ) apoiaram o texto, mas destacaram a necessidade de equilíbrio econômico.

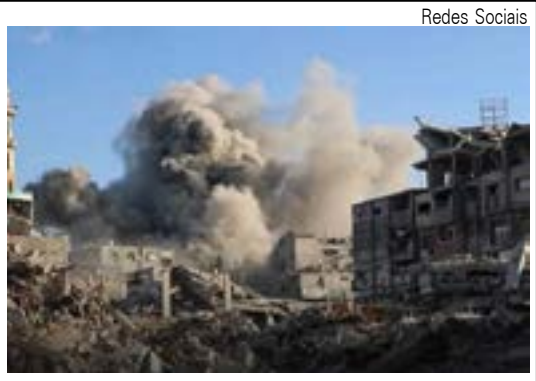
Essas "preocupações" da extrema-direita estão alinhadas com o chamado mercado. Todas as medidas que têm caráter civilizatório causam estremecimento nos parlamentares alinhados com o capital.

Não conseguem perceber que quanto mais houver proteções aos trabalhadores, mais serão produtivos. Trata-se de causa e efeito.

O benefício poderá ser suspenso em casos de violência doméstica praticada pelo pai. A licença poderá ser acompanhada de férias e prorrogada em situações de internação de mãe ou recém-nascido.

HP CHARGE DO ÉTON

Redes Sociais



Israel segue lançando bombas sobre Gaza

Israel rompe cessar-fogo e assassina mais de 200 civis palestinos na Faixa de Gaza

Desde o início do cessar-fogo, 226 palestinos foram mortos e 594 ficaram feridos. Além disso, grupos de resgate retiraram 499 corpos dos escombros.

Em descumprimento flagrante do cessar-fogo. A partir de 11 de outubro, Israel continua a fazer um bloqueio, permitindo apenas uma pequena parte de ajuda humanitária a entrar em Gaza, uma clara violação do acordo que prometia a entrada de 600 caminhões por dia, só deixando entrar 145 por dia.

A UNICEF pediu a expansão do acesso humanitário a Gaza para assegurar o atendimento médico essencial e a entrada de suprimentos a tempo. Eles defendem que mais acesso é preciso urgentemente para atender a população palestina que precisa de cuidados depois da devastação dos hospitais de Gaza pelos bombardeios de Israel.

Neste domingo, as forças israelenses de ocupação continuaram a fazer demolições de casas civis de palestinos nas Cidade de Gaza e na cidade de Khan Younis. De acordo com a Agência WAFA, as forças israelenses, a leste da Cidade de Gaza, lançaram ataques com armamento pesado enquanto demoliam prédios residenciais nos bairros de Al-Zaytoun e Al-Shujaiya.

Ao sul de Gaza, aviões de guerra israelenses lançaram três ataques contra a cidade de Rafah. Também há relatos de disparos com artilharia israelense em Khan Younis. Um palestino foi morto em um ataque de drone no bairro de Shejaiya, na Cidade de Gaza

O diretor-geral do Ministério da Saúde de Gaza, Dr. Munir Al-Bursh, denunciou outra crueldade abjeta: as forças israelenses deixaram brinquedos armados com explosivos para atrair e matar crianças palestinas.

Uma rede de ONGs em Gaza denuncia que Israel está impedindo que 16.000 pacientes deixem Gaza para buscarem tratamento no exterior.

CISJORDÂNIA

Na Cisjordânia, colonos israelenses, sob a proteção de militares, saquearam e vandalizaram uma escola perto da cidade de Tubas enquanto as forças israelenses realizaram ataques e prisões em massa por toda a região.

Desde outubro de 2023, mais de 68.858 palestinos em Gaza foram mortos nos ataques de Israel, na maioria mulheres e crianças, enquanto 170.664 ficaram feridos. Proporcionalmente, Gaza é o lugar do mundo com o maior número de crianças amputadas.

Procuradora militar é presa em Israel por revelar estupro de palestino preso

Vídeo comprova que cinco soldados israelenses estupraram prisioneiro palestino no antro de torturas de Sde Teiman, próximo à Faixa de Gaza

Foto extraída do vídeo vazado pela ex-procuradora

Palestino no momento em que é agarrado para ser seviciado

A general Yifat Tomer-Yerushalem, ex-procuradora geral do exército israelense de ocupação, foi presa após fazer chegar a um jornalista da TV israelense, Canal 12, um vídeo no qual se vê a cena de um estupro de um palestino.

Depois da exposição do crime, com o vídeo mostrado na TV, começaram investigações e foi divulgado, em comunicado militar, que os soldados os soldados "atuaram com grande violência contra o detento" e provocaram "lesões graves", incluindo costelas quebradas, um pulmão perfurado e uma fissura anal.

A informação da prisão da ex-procuradora foi divulgada nesta segunda, dia 3, pelo ministro fascista de Netanyahu, Ben-Gvir que ocupa a pasta de "Segurança".

Segundo informou o jornal israelense Haaretz, quando Yifat Tomer-Yerushalmi, soube que sua prisão havia sido decretada, desapareceu por várias horas e chegaram a aventar suicídio até que foi localizada em uma praia próxima a Tel Aviv. A ex-procuradora havia se demitido e em sua carta de renúncia, publicada na sexta-feira, reconheceu que seu escritório entregara o vídeo.

O exército israelense anunciou que s soldados que aparecem no vídeo foram indiciados em fevereiro de 2025 pelo abuso e tortura que, segundo informa a imprensa israelense, ocorreram em julho de 2024, em pleno massacre de palestinos e devastação da Faixa de Gaza.

TORTURA GENERALIZADA

A prisão onde a estúpida agressão ocorreu foi a de Sde Teiman, próxima a Gaza, para onde os palestinos detidos na Faixa eram levados e de onde saíram diversas denúncias de tortura, inclusive de um médico que dirigia um dos principais hospitais de Gaza no momento de sua prisão.

Segundo o exército, as imagens do vídeo foram captadas por uma câmera de segurança. Nela mostra que os soldados se cercaram de escudos policiais antimotim para tentar esconder as sevícias que cometiam.

Um grupo de militares, além de civis fascistas, tentaram invadir a prisão quando souberam que os soldados estupradores lá estavam detidos com o intuito de soltá-los, mas foram impedidos por tropas israelenses.

O Alto Comissário da ONU para os Direitos Humanos, Volker Türk, publicou um relatório em julho de 2024 no qual afirma que, desde o ataque de 7 de outubro, muitos palestinos foram detidos secretamente e, muitos deles submetidos a tortura.

JORNALISTA PERSEGUIDO

O jornalista Guy Peleg, que recebeu o vídeo e o levou ao ar, pela TV Canal 12, está sendo perseguido e ameaçado. Conforme denuncia o jornal Haaretz, seu "o único 'crime' foi levar ao ar um vídeo a provar que a investigação sobre abusos de um detento palestino tinha base real. Em uma democracia isso seria considerado jornalismo. Na Israel de hoje, é tratado como crime".

"Quando o video veio à tona mostrando soldados estuprando um prisioneiro, o ultraje em Israel foi imediato – mas não sobre o crime – a fúria desencadeada foi dirigida contra quem vazou e quem divulgou as evidências do crime", diz o Haaretz

A TV Canal 12 informa que providenciou guarda de segurança após ameaças contra o jornalista e manifestação de fanáticos diante de sua residência. A segurança foi estendida aos familiares de Peleg.

A demissão de Yifat Tomer foi anunciada na semana passada quando confirmou seu envolvimento no vazamento.

No video ainda aparece o momento em que os soldados agarram o palestino e o levam ao local onde seria estuprado, de olhos vendados.

O ministro fanático, Bezalel Smotrich, vociferous que divulgar o video seria equivalente a um "libelo de sangue contra o Estado de Israel" (referindo-se a como foram por diversas vezes judeus acusados na Idade Média de usar sangue de crianças para produzir o pão judaico usado nas celebrações da festa judaica do Pessach).

Já os soldados acusados de estupro deram uma coletiva de imprensa diante do Tribunal Supremo de Israel, demandando "compensação pelo dano causado a sua imagem".

Usando máscaras, os soldados disseram: "Nós prevaleceremos".

Em uma forçada indignação, prosseguiram: "Vocês tentaram nos quebrar, mas nós pertencemos à Força 100" (referindo-se a uma unidade do exército de ocupação denominada de 'contra-terrorismo').

Fanáticos torcedores do time Beitar Jerusalém, cujo nome evoca as falanges fascistas israelenses que atuavam desde o início da colonização judaica na Palestina, levaram faixa, a jogo de futebol do time, com fotos de Yifat e do jornalista Peleg. Na faixa ela aparece vestida de uniforme do Hamas. É o mesmo estilo de incitação que precedeu o assassinato do primeiro-ministro Itzhaq Rabin após o acordo de Oslo firmado por ele ao lado do líder palestino Yasser Arafat.

DESUMANIZAÇÃO

Em artigo divulgado pelo site Middle East Eye, a jornalista Lubna Masra declara: "Em um país que constantemente se diz orgulhar-se do respeito às regras da lei, este episódio deveria ter espalhado um arrependimento moral. Em vez disso, revelou a quão profunda desumanização dos palestinos ocorre e como está normalizada a violência sexual e tortura no interior das prisões israelenses".

Para a extrema-direita israelense, o problema reside na denúncia e não nos crimes praticados diariamente contra os palestinos.

Em intervençao recente no parlamento, o ministro das Comunicações, Shlomo Karhi, propôs uma lei que oficializasse a ingerência estatal sobre todos os meios, imprensa escrita, rádio e TV.

Para ele, a imprensa é quem "divide o país" ao "estimular a recusa ao serviço militar" e "rejeitar a Reforma Judicial", manobra através da qual a direita quer implantar mais elementos da ditadura em Israel, destruindo os últimos vestígios de democracia no país.

FAO denuncia violação do acordo por Israel e alerta para "catástrofe da fome em Gaza"

Arquivo

Crianças palestinas na fila por comida

A 'Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura' (FAO), denuncia condição crítica de Gaza. Alerta para uma "catástrofe humanitária e agrícola sem precedentes" em andamento .

De acordo com o relatório anual publicado em 4 de novembro pelo órgão da ONU, Gaza está totalmente dependente do envio externo de ajuda humanitária para se alimentar e que o bloqueio imposto por Israel irá levar à continuação do morticínio pela fome generalizada.

Segundo o relatório, menos de 5% das terrar agrícolas em Gaza tem condições para uso de plantio. Mais de 80% das terras de cultivo em Gaza foram destruídas pelas forças de Israel em sua campanha de terra arrasada contra os palestinos.

Cerca de 70% das estufas agrícolas de Gaza foram destruídas e a maioria dos poços de água foram danificados, privando a população de Gaza de acesso à água. 90% de Gaza segue sem acesso a comida e a produção de grãos e vegetais caíram para menos da metade se comparado com o início do genocídio.

Na Cisjordânia, colonos israelenses invadiram fazenda palestina e torturaram animais.

Os israelenses realizaram mais ataques contra fazendeiros palestinos na Cisjordânia.

Em um vídeo divulgado nas redes sociais, colonos israelenses aparecem invadindo uma fazenda de palestinos e imediatamente começaram abusar da ovelhas em um celeiro.

Apoiados pelas forças de ocupação de Israel, os colonos aterrorizam a população palestina na Cisjordânia, incendeiam e roubam casas, carros, máquinas e colheitas de palestinos. Com o objetivo de privar o povo palestinos de suas terras.

Durante o período de colheita de azeitonas, os israelenses intensificaram seus ataques na região. Somente, em Belém, três camponeses palestinos foram feridos a tiros e outros tiveram a casa invadida por colonos judeus vindos de assentamentos ilegais na Cisjordânia.

"Alguns colonos chegaram aqui, eu estava rezando. São do assentamento de Susiya, começaram a atacar e quebrar o carro e bater na porta de casa. Não tive tempo para sair de casa, então eu me tranquei, minha esposa e meus quatro filhos estavam aqui," disse o fazendeiro palestino, Mahmoud Daghmeen para a Al Jazeera.

"Eles atiraram gás lacrimogêneo em casa. Duas latas de gás foram atiradas dentro de casa. Eles quebraram as janelas e quebraram uma das câmaras de segurança."

"Então eles entraram no curral das ovelhas. Eles mataram 10 ovelhas, queimaram o feno e jogaram fora a água do tanque esvaziando-a. Eles não deixaram nada," disse.

"Não há ataque aos cristãos", afirma a Nigéria, após mentiras e ameaças de Donald Trump

Ataques direcionados especificamente a cristãos não há, mas sim muito petróleo que ativa a cobiça trumpista: país é o maior produtor da África

O presidente nigeriano, Bola Ahmed Tinubu, afirmou que "não há perseguição a cristãos" no país, desmentindo as mentiras sobre a questão no esforço de frear as ameaças militares, primeiro apresentadas pelo próprio Trump, e a seguir, reiteradas por seu Secretário da Guerra, o tatuado Pete Hegseth.

"Caracterizar a Nigéria como um país religiosamente intolerante não reflete a nossa realidade nacional, nem leva em consideração os esforços consistentes e sinceros do governo para salvaguardar a liberdade de religião e crenças para todos os nigerianos", afirmou Bola, ele próprio um muçulmano casado com uma cristã.

Acusação ainda mais estapafúrdia na medida em que a Nigéria, que é um país com uma grande maioria muçulmana no norte e uma grande maioria cristã ou animista no sul, não tem sequer como se sustentar como nação a não ser respeitando e fazendo respeitar essa liberdade e diversidade.

É verdade que a Nigéria – e todo o Sahel africano – enfrentam insurgências ditas islâmicas e até incursões do Estado Islâmico, que se agravaram após a destruição da Líbia pela Otan – aliás, episódio em que os jihadistas operaram como botas no solo para a aliança militar ocidental.

Mas como apontou a Associated Press, no histórico das crises de segurança no país, ambos cristãos e muçulmanos são mortos nos ataques de insurgentes e os ataques acontecem determinados pela região em que as pessoas se encontram e não pela religião.

No sábado o presidente americano, Donald Trump, ameaçou atacar a Nigéria e acusou o país de matar "números recordes" de cristãos. "Se atacarmos, será rápido, brutal e contundente, assim como os bandidos terroristas atacam nossos queridos cristãos!", postou Trump nas redes sociais. E ordenou ao Pentágono estar preparado para atacar a Nigéria.

ALEIVOSIAS

A ameaça de Trump foi feita depois que, sem nenhuma evidência, o senador republicano Ted Cruz, do Comitê de Relações Exteriores do Senado americano, e algumas 'celebridades' do submundo trumpista disseram que cristãos estão sendo perseguidos na Nigéria – seriam "100.000 mortos" -, um "genocídio de cristãos", segundo os novos cruzados.

Leia matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br

Exposição em Moscou evoca o "Realismo Socialista: Estilo de uma Grande Era"

Além das conhecidas obras de arte retratando a vida coletiva da União Soviética, há ainda porcelanas decorativas, produções têxteis e objetos do dia a dia revelando como a criatividade e o senso de propósito estavam presentes em todos os aspectos da vida social

O Museu de Artes Decorativas de Toda a Rússia inaugurou, em Moscou, uma exposição que apresenta obras de sua coleção da era soviética, raramente vistas, que capturam o espírito daquele momento histórico.

A mostra "Realismo Socialista: O Estilo de uma Grande Era", em exibição até 30 de novembro, reúne obras que mostram como os artistas soviéticos retrataram as conquistas e aspirações de sua época. O estilo, que moldou a arte soviética a partir da década de 1930, unia as pessoas e as inspirava à realização e a uma visão compartilhada de um novo mundo.

Os visitantes assistem obras que refletem os temas-chave da época: heroísmo, coletivismo, desafios para conquistar o desenvolvimento industrial e a beleza da vida cotidiana. Porcelanas decorativas, têxteis e objetos do dia a dia convivem com obras de arte monumentais, revelando como a criatividade e o senso de propósito estavam presentes em todos os aspectos da vida soviética.

Isaak Brodsky retrata obra próxima ao rio Dnieper

LEGADO SOVIÉTICO

Ao comentar o interesse do público pela exposição, a diretora do museu, Tatyana Rybkina, afirmou: "Talvez haja uma necessidade de reviver esse sentimento de orgulho, criatividade compartilhada e a sensação de que somos um grande povo russo multinacional, capaz de tudo".

"Essas pinturas de artistas de primeira linha incluem Nalbandyan, Gerasimov e Salakhov. São obras verdadeiramente de altíssimo nível do movimento Realismo Socialista. A alegria do trabalho, a alegria e a vitória no espaço, nos céus límpidos, culminando com a vitória na Grande Guerra Patriótica. Esses são temas principais que, ao entrar no salão, você percebe que se trata da construção de ferrovias, do desenvolvimento da indústria, dos quais nos beneficiamos hoje e nos orgulhamos. Portanto, ao percorrer o salão, você pode ver coisas das quais se orgulhar e o que constitui o legado soviético. Acho que isso inspirará um senso de dignidade em todos os russos", assinalou.

A exposição marca a primeira etapa de um projeto de longo prazo para apresentar a extensa coleção de arte decorativa soviética do museu, grande parte da qual raramente foi exibida. Ela revela como os artistas usaram cor, forma e habilidade artesanal para incorporar o sonho coletivo de progresso e a fé na construção de um novo mundo.

Leia matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br

Morre Dick Cheney, arquiteto da criminosa invasão ao Iraque

Dick Cheney, o principal arquiteto da invasão do Iraque e do Afeganistão pelos EUA, assim como da "guerra ao terror", que matou milhões de pessoas e deslocou outras tantas, e amplamente visto como um dos mais desapiedados criminosos de guerra da história, morreu aos 84 anos, segundo anúncio feito pela família em um comunicado na terça-feira (4). Ele também foi executivo-chefe da Halliburton, do setor do petróleo.

Como vice de George W. Bush, ele se tornou a peça chave daqueles tempos dos quais o guru Karl Rove dizia: "Somos um império agora. E, quando agimos, criamos nossa própria realidade. Enquanto vocês estudam essa realidade – judiciosamente, como queiram -, nós agimos de novo, criando outras novas realidades, que vocês podem igualmente estudar. É assim que as coisas se passam. Nós somos os atores da história. E a vocês, vocês todos, só resta estudar o que fazemos."

Cheney foi então tido como o mais poderoso vice-presidente da história dos EUA. Antes, como chefe do Pentágono de Bush Pai, Cheney havia encabeçado as operações de invasão do Panamá e a Guerra do Golfo de 1991, outros crimes de guerra.

Cheney também foi um dos alicerces da instauração da tortura como política oficial dos EUA sob o pretexto do combate ao terror, assim como do assalto aos direitos constitucionais consagrado no famigerado Ato (In) Patriótico, que abriria caminho para figuras como Trump.

Também foi com ele como chefe do Pentágono que se deu a execução do presidente iraquiano Sadam Hussein e o escândalo de Abu Graib, assim como as operações de atentados em mesquitas usados para dividir a resistência iraquiana.

Foi com ele como chefe do Pentágono que W. Bush iniciou a demolição da arquitetura internacional de controle das armas nucleares, com a retirada unilateral dos EUA do Tratado ABM (Antimíssil), em 2002.

Sobre o caráter de criminoso de guerra de Cheney, em 2003 o general Wesley Clark, ex-comandante das forças da Otan, relatou como, usando como pretexto o atentado 11 de setembro, foi sendo tecida a conspiração para desencadear a guerra ao Iraque e outros seis países muçulmanos, a "guerra ao terror", que custaria trilhões aos cofres dos EUA, incontáveis vítimas, países destruídos e flagrante violação da lei internacional.

"Tomamos a decisão: vamos para a guerra com o Iraque", foi dito a Clark no Pentágono. "Porquê?", ele retrucou. "Não sei. Se calhar eles não sabem o que fazer mais", foi a resposta que recebeu, apesar de não existirem quaisquer provas de mão iraquiana no 11 de setembro.

Leia mais no site do HP

ONU repudia massacre de civis por milícia no Sudão

"Os cadáveres estavam por toda parte – nas ruas, dentro das casas e nos portões de muitas casas", disse a sudanesa Fátima Yahya à Al Jazeera. "Onde quer que você esteja em el-Fasher, você verá cadáveres espalhados", ela apontou, após sobreviver à tomada da capital do estado de Darfur do Norte pelos paramilitares das Forças de Apoio Rápido (RSF, na sigla em inglês), e alcançar a pé a cidade de Tawila, a 70 quilômetros a oeste. Uma entre 70 mil refugiados em fuga, em mais um tenebroso episódio da guerra civil que assola o Sudão desde 2023.

"Houve muitos bombardeios", disse à agência de notícias árabe Fatima Abdulrahman. "Eu mesmo fui atingida por projéteis. O bombardeio matou minha filha, feriu o olho da minha outra filha e paralisou meu filho. Meu corpo está cheio de feridas e está inchado."

Segundo a ONU, mais de 2000 civis foram mortos em e-Fasher com requintes de brutalidade em uma semana, entre eles, 460 que estavam no Hospital Saudita. El Fasher, que tinha mais de um milhão de habitantes antes da guerra civil, havia sido reduzida pelo cerco a 260 mil pessoas, metade delas, crianças. Já são 650 mil os refugiados em Tawila.

O cerco durou 18 meses, com a população sendo forçada a comer ração para gado por falta de comida, sob bombardeios incessantes. As RSF transformaram a cidade numa armadilha letal, cercando-a com um muro de terra.

No domingo, o papa Leão XIV x se juntou à crescente condenação internacional da morte e destruição em el-Fasher, denunciando "violência indiscriminada contra mulheres e crianças, ataques a civis desarmados e sérios obstáculos à ação humanitária". Ele pediu um cessar-fogo imediato e a abertura de corredores humanitários.

O secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, manifestou "profunda preocupação" com a escalada da violência militar no Sudão e apelou a um cessar-fogo imediato, ao fim do cerco à cidade e ao acesso seguro e irrestrito à ajuda humanitária. Ele exigiu, ainda, o cumprimento da Resolução 2736 do Conselho de Segurança, que determina o levantamento do cerco, a proteção dos civis e a responsabilização pelos crimes cometidos.

"A situação é simplesmente horrível", disse Martha Ama Akyaa Pobee, secretária-geral adjunta das Nações Unidas para a África, em uma sessão de emergência do Conselho de Segurança na quinta-feira passada.

Ela disse que o Escritório de Direitos Humanos da ONU recebeu relatos confiáveis de assassinatos em massa, execuções sumárias e buscas de casa em casa enquanto civis tentavam fugir, bem como vídeos mostrando "dezenas de homens desarmados sendo baleados ou mortos, cercados por combatentes da RSF que os acusam de serem combatentes [do exército sudanês]".

Leia a íntegra no site

Nova-iorquinos elegem Mamdani e impõem derrota a Donald Trump

Stephanie Keith/AFP

Mamdani foi eleito com propostas de reduzir aluguéis e zerar preço dos transportes

Diante da previsível derrota na cidade norte-americana de maior destaque, Trump ameaçou cortar os recursos federais caso a oposição fosse vitoriosa. Com isso, NY teve a eleição com maior comparecimento em 50 anos

O candidato democrata Zohran Mamdani foi eleito prefeito de Nova Iorque nesta terça-feira (4), na eleição de maior comparecimento às urnas em mais de 50 anos, dois milhões de votantes, apesar de acusado pelo presidente Donald Trump de ser um "comunista lunático" e da ameaça de cortar verbas federais para a maior cidade dos EUA caso eleito.

Segundo a Associated Press, com 89% das urnas apuradas, Mandami teve 1.022.44 votos (50,4%), contra 844.813 votos (41,6%) do ex-governador democrata Andrew Cuomo, que concorreu como independente, e 144.907 votos (7,1%) do anedótico candidato republicano Curtis Sliwa, autoproclamado chefe da milícia Guardian Angels.

Mamdami tomará posse em 1º de janeiro de 2026, com mandato de quatro anos e é o mais jovem prefeito da história de Nova Iorque. Assim que a Associated Press, como é a tradição nos EUA, confirmou sua vitória, no Brooklyn seus apoiadores o aplaudiram e se abraçaram, lançando cartazes para o alto enquanto alguém hasteou a bandeira oficial de NY.

Por sua conta na plataforma X, Mamdami postou um vídeo de um trem de metrô partindo para a estação Prefeitura, e com um anúncio "próxima e única parada é a City Hall". Durante toda a campanha, as pesquisas o mostraram como favorito.

Em um momento em que o presidente dos EUA faz da caçada aos imigrantes a principal cartada interna de sua política de extrema-direita, a eleição de Mamdami funciona como um referendo em Nova Iorque contra os desmandos de Trump: o novo prefeito é um imigrante africano muçulmano e era deputado estadual. E, pela plataforma de mudanças que assumiu em sua campanha, também um veredicto contra a política econômica de Trump, e seus mais evidentes tropeços neste momento, o shutdown e o repique nos preços decorrente da guerra tarifária.

Nascido em Kampala, capital de Uganda, e criado em Nova Iorque, o jovem de 34 anos é filho de mãe indiana — a cineasta Mira Nair, conhecida no meio do cinema independente e premiada nos festivais de Cannes e Veneza — e pai ugandês. Ele se tornou cidadão norte-americano em 2018.

Nas primárias, contra a máquina da burocracia do Partido Democrata, o pouco conhecido Mamdami obteve uma vitória surpreendente sobre o ex-governador Andrew Cuomo e foi escolhido como o candidato do partido, se apresentando como um "socialista democrático".

O que, até recentemente, desde o auge do macartismo, era quase um palavrão no léxico político norte-americano, e sua escolha ecoa a repercussão das campanhas do senador Bernie Sanders e o rechaço aos anos Biden.

A criativa campanha de Mamdami, centrada nos jovens e nos enormes problemas vividos pela população de NY, também foi uma grata surpresa, fazendo-o ser uma espécie de anti-Trump, sempre cortês, sempre risonho, e sempre apresentando propostas de solução.

A campanha inovou com vídeos irreverentes, defendendo pautas sociais como supermercados subsidiados, a gratuidade do transporte público, creches escolares gratuitas e o congelamento do aluguel de quase um milhão de nova-iorquinos.

Os vídeos de Mamdani no Tiktok, onde ele tem 1,6 milhão de seguidores, alcançaram 23,6 milhões de curtidas. Em um dos vídeos, uma eleitora conservadora passa, de bicicleta, pedalando por Mamdami, e o xinga de "comunista". Ele não se altera e retruca: "ciclista".

Uma Nova Iorque "affordable" (acessível ou que se pode pagar), o lema da campanha aborda diretamente a crise vivida na maior cidade dos EUA em que a alta dos aluguéis e a escassez de residências são problemas generalizados.

Em junho, o aluguel médio em Nova York superou, pela primeira vez, o valor de US$ 4 mil (cerca de R$ 21,8 mil), segundo o site imobiliário StreetEasy. O valor é mais que o dobro da média das cidades norte-americanas.

A pobreza em Nova Iorque já é o dobro da média nacional. Um quarto dos nova-iorquinos não tem dinheiro suficiente para moradia, alimentação ou assistência médica. Vinte e seis por cento das crianças (ou seja, 420.000) vivem na pobreza.

Ele defendeu ainda aumentar o salário-mínimo (que nos EUA pode ter um valor local maior do que o nacional) e taxar grandes fortunas. Diferenciando-se do establishment democrata, também se manifestou contra o genocídio cometido por Israel na Faixa de Gaza. Inclusive prometeu honrar o mandado de prisão do Tribunal Penal Internacional contra o primeiro-ministro Netanyahu se ele fosse a Nova Iorque.

Trump tentou tirar proveito da posição de Mamdani, acusando-o de "odiar judeus" e afirmando que o judeu que votasse nele seria "estúpido", isso na maior comunidade judaica dos EUA. Como resposta centenas de rabinos e lideranças judaicas locais saíram em sua defesa e apoiaram sua solidariedade aos palestinos.

Após sua vitória nas primárias, Mamdani citou o bate-papo ao lado da lareira de FDR de 1938, como exemplo de suas referências políticas: "A democracia desapareceu em várias outras grandes nações, não porque as pessoas não gostem da democracia, mas porque se cansaram do desemprego e da insegurança, de ver seus filhos famintos enquanto ficavam indefesos diante da confusão e fraqueza do governo. Em desespero, eles escolheram sacrificar a liberdade na esperança de conseguir algo para comer."

Indubitavelmente se referindo a ofensiva de Trump contra os direitos, ele destacou que em Nova Iorque, se deixamos uma coisa clara nos últimos meses, "é que não precisamos escolher entre os dois".

No último programa '60 Minutes', da CBS News, antes da eleição, Trump sinalizara sua preferência por Cuomo. "Não sou fã de Cuomo de uma forma ou de outra", disse o presidente. "Mas se for entre um democrata ruim e um comunista, vou escolher o democrata ruim o tempo todo, para ser honesto com você". E reiterou suas ameaças aos nova-iorquinos. "Se ele vencer, vai ser difícil enviar dinheiro a Nova York, porque não faz sentido enviar dinheiro a comunistas".

Outas derrotas para Trump em Nova Jersey, onde a democrata Mikie Sherry foi eleita governadora, derrotando o republicano Jack Ciattarelli. Na Virgínia, a democrata Abigil Spanberger se tornou a primeira governadora do Estado, suplantando o atual vice-governador republicano Winsome Earel-Sears.

Sobreviventes de Hiroshima condenam retomada de testes nucleares pelos EUA

Criança queimada por radiação de teste nuclear dos EUA nas ilhas Marshall em 1954.(Governo dos EUA)

O grupo japonês de sobreviventes dos bombardeios nucleares dos EUA a Hiroshima e Nagasaki, "Nikon Hidankio", condenou a ordem de Trump de retomada de testes de armas nucleares, classificando-a como "totalmente inaceitável", de acordo com um documento divulgado na sexta-feira (31).

O "Nihon Hidankyo", um movimento dos hibakusha (sobreviventes), enviou à embaixada dos EUA no Japão uma carta de protesto ao anúncio feito por Trump na véspera. Na carta, Hidankyo, vencedor do Nobel da Paz em 2024, enfatizou que a ordem "contradiz diretamente os esforços das nações em todo o mundo que se empenham por um mundo pacífico, sem armas nucleares, e é totalmente inaceitável".

O prefeito de Nagasaki também condenou a ordem de Trump, afirmando que ela "despreza os esforços de pessoas em todo o mundo que têm suado sangue e lágrimas para realizar um mundo sem armas nucleares".

Para o prefeito de Hiroshima, Shiro Suzuki, a retomada dos testes tornaria Trump indigno a premiações, referindo-se à intenção da primeira-ministra japonesa, Sanae Takaichi, de indicar o líder norte-americano para o Nobel da Paz, aliás já extremamente desmoralizado com a recente premiação da golpista venezuelana Corina Machado.

Cerca de 140.000 pessoas morreram em Hiroshima e outras 74.000 em Nagasaki, muitas delas devido aos efeitos da exposição à radiação. Outros dois grupos de sobreviventes sediados em Hiroshima também se manifestaram, afirmando que "protestam veementemente e exigem firmemente que tais experimentos não sejam conduzidos".

Trump determinou, pelas redes sociais, a retomada dos testes, suspensos há mais de 30 anos, alegando que o Departamento de Guerra foi instruído a iniciar os testes de armas nucleares "em igualdade de condições", em resposta aos programas de testes "de outros países".

A ordem veio a público minutos antes de Trump se encontrar com o presidente chinês Xi Jinping, durante uma cúpula na Coreia do Sul.

No entanto, não ficou claro se o presidente se referia ao teste de sistemas de armas ou à condução de explosões de teste reais — algo que os Estados Unidos não realizam desde 1992. A última explosão de teste nuclear dos EUA ocorreu em setembro daquele ano: uma detonação subterrânea de 20 quilotons.

A comunidade internacional reagiu ao anúncio. O ministro das Relações Exteriores do Irã, Abbas Araghchi, classificou os planos de retomada como "regressivos e irresponsáveis", além de representar "uma séria ameaça à paz e segurança internacionais".

As declarações de Trump vieram na esteira de anúncios russos sobre testes bem-sucedidos de lançamento do míssil de cruzeiro Burevestnik e do drone submarino Poseidon, que podem vir a ser usados como transportador de ogiva nuclear.

O porta-voz do Kremlin, Dmitry Peskov, esclareceu que os exercícios russos recentes "não podem, de forma alguma, ser interpretados como testes nucleares".

A China, por meio de seu porta-voz Guo Jiakun, fez um apelo para que Washington "cumpra seriamente" a proibição global de testes nucleares. Os EUA são signatários do Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares (CTBT) desde 1996, e qualquer teste de bombas constituiria uma violação flagrante desse acordo.

O secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, reiterou que "o teste nuclear nunca pode ser permitido sob nenhuma circunstância".

Leia mais no site do HP

Estagnada há três anos, Alemanha anuncia gastos de 440 bilhões de euros para guerra

Em meio à estagnação que já dura três anos e desindustrialização, a Alemanha, sob o governo do ex-executivo da BlackRock Friedrich Merz, anunciou que irá torrar U$ 440 bilhões para transformar o Bundeswehr "no exército convencional mais forte da Europa" e deixá-lo "pronto para a guerra" até 2029, sem esconder que o alvo é a Rússia.

O anúncio se soma outra declaração, esta de agosto, em que Merz asseverou que não há mais como bancar o Estado de Bem Estar Social que, "da forma como o temos hoje, já não é mais financiável com o que conseguimos produzir economicamente", ou seja, lá vem mais arrocho.

Em suma, após empurrar o país para a desindustrialização e estagnação, consequências óbvias da aceitação canina, por Berlim, da exclusão do gás russo barato para suas indústrias, para no lugar pagar "preço de Chanel" pelo GNL norte-americano, como ironizou recentemente o presidente da Duma, Vyacheslav Volodin, o governo de Berlim busca chafurdar ainda mais fundo nesse pântano, sob o pretexto da "ameaça russa".

"Ameaça" que é como o partido da guerra na Europa chama a resistência russa à expansão da Otan até suas fronteiras, à supressão da neutralidade da Ucrânia bem como cassação dos direitos – língua e religião – dos russos étnicos do Donbass.

Em março, Merz – a propósito, neto de nazista – havia proclamado que "a Alemanha está de volta", ao anunciar então acordo com os social-democratas e os verdes para destinar 1 trilhão de euros, em dez anos, para o rearmamento, passando por cima de um limite constitucional de endividamento.

"De volta": uma declaração curiosa, partindo de um país tristemente conhecido na história por ter arrastado o mundo para duas guerras mundiais e por ser, depois dos EUA, o maior fornecedor de armas e dinheiro ao regime neonTambém é de Merz, ainda antes de se tornar primeiro-ministro, a declaração de que a Europa está a "cinco minutos para a meia noite" – uma referência ao famoso relógio da hecatombe nuclear, mantido pelo Boletim dos Cientistas Atômicos dos EUA desde 1947.

Quando, em 2019, o então presidente Trump retirou os EUA do Tratado INF de Proibição de Mísseis Intermediários, assinado por Reagan e Gorbachev, e que evitara por quatro décadas uma guerra nuclear na Europa, Merz nada tenha dito. Retirada que tornou mais inadiável uma solução para a manutenção da neutralidade da Ucrânia.

Merz também não reclamou quando o então premiê Scholz revelou ter sido comunicado pelos EUA de que instalaria de volta mísseis na Alemanha até 2026 – a razão para o estado de quase guerra nuclear na Europa nos anos 1980.

O presidente Putin já aconselhou os líderes europeus várias vezes a que esfriem a cabeça, acrescentando que a Rússia não tem o menor interesse, ou necessidade, nessa pequena península da Eurásia, e que só precisa de que seja restaurada a segurança comum e indivisível instituída em Helsinki, sem expansão da Otan, sem sanções e sem neonazismo na Ucrânia.

Leia mais no site

Desemprego, miséria e... estatísticas no Brasil

[Uma versão ligeiramente modificada deste artigo foi publicada no site da Fundação Maurício Grabois, com o título Desemprego, miséria e estatísticas no Brasil.]

CARLOS LOPES

HP ESPECIAL

Dizem que Benjamin Disraeli (1804-1881), primeiro-ministro inglês conservador da rainha Vitória, desabafou uma vez: *"Há três tipos de mentiras: mentiras, mentiras deslavadas e estatísticas"*.

Disraeli, que, além de político colonialista e reacionário, era ficcionista, entendia muito desse assunto – como se pode ver pelos seus inúmeros romances, nenhum dos quais se destaca por revelar algo verdadeiro da sociedade do seu tempo (pelo contrário).

Na época da ditadura, alguém espalhou que o ministro da Fazenda (ou do Planejamento?) Delfim Netto, emérito falsificador de estatísticas, principalmente salariais, havia dito que *"estatísticas são como a espada de Napoleão, com a qual se podia fazer tudo, menos sentar-se em cima"*.

Não sabemos se Disraeli ou Delfim proferiram realmente essas pérolas. Provavelmente, não. Mas, se as disseram, significa que seu humor era considerável, a ponto de não se importar muito com cifras que, eles sabiam, não queriam dizer nada de muito substancial sobre a realidade, exceto que queriam falseá-la – e, aliás, era exatamente por isso que os números não diziam nada sobre a realidade.

Esse humor, entretanto, tinha por base o sentimento popular de estar sendo vítima de uma manipulação. Era, portanto, o humor dos manipuladores. Não por acaso, como o leitor pode sentir, até por experiência própria, números estatísticos não são os objetos de maior confiança da humanidade. Embora, como disse o então presidente Itamar Franco, as estatísticas não mentem – quem mente são aqueles que fabricam estatísticas.

Apesar disso, um homem da estatura de Lenin tinha em grande consideração os estatísticos russos anteriores à Revolução de 1917 e não apenas os estatísticos russos – e baseou seus livros mais decisivos nas estatísticas (para citar dois exemplos: **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia e Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos: novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura**).

Talvez os estatísticos daquela época fossem melhores que os de hoje, ou mais honestos – mas, pela tirada de Disraeli, não era bem assim. O problema nos parece mais o de perceber o que está por trás dos números, ou seja, o que as estatísticas expressam verdadeiramente. Lenin, certamente, tinha essa capacidade altamente desenvolvida.

Porém, vejamos o nosso país.

Não temos dúvida de que estamos em um dos países mais miseráveis do mundo, com um salário mínimo inferior ao do Paraguai, com milhares, talvez milhões, morando nas ruas ou em barracos, com gente por atacado vivendo no subemprego – cuja diferença para o desemprego é quase infinitesimal. Ou seja, um país de esfomeados, muito desconfortável para a maioria das pessoas, em que os satisfeitos na vida são uma exceção, em que os detentores do Bolsa-família se julgam privilegiados.

No entanto, as estatísticas, **se lidas superficialmente**, não mostram isso.

Ao inverso.

Segundo o IBGE, o país tem hoje 102 milhões de pessoas "ocupadas" e nunca houve tantas pessoas empregadas em nossa história. A taxa de desemprego está em meros e quase minúsculos 5,8% – caiu de 7% no primeiro trimestre para 5,8% no segundo trimestre (v. https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php).

Em suma, a julgar por essas estatísticas, **lidas desse modo**, chegamos próximos ao paraíso. A população está empregada, e, portanto, deveria estar satisfeita com a vida e com o governo. Por que, então, a ansiedade com as eleições vindouras? Como se explica que o fascismo ainda ameace – e, se fosse menos burro, a ameaça seria maior – retomar o poder? Será que a população do Brasil é composta por ingratos ou imbecis que não se satisfazem com tamanho progresso?

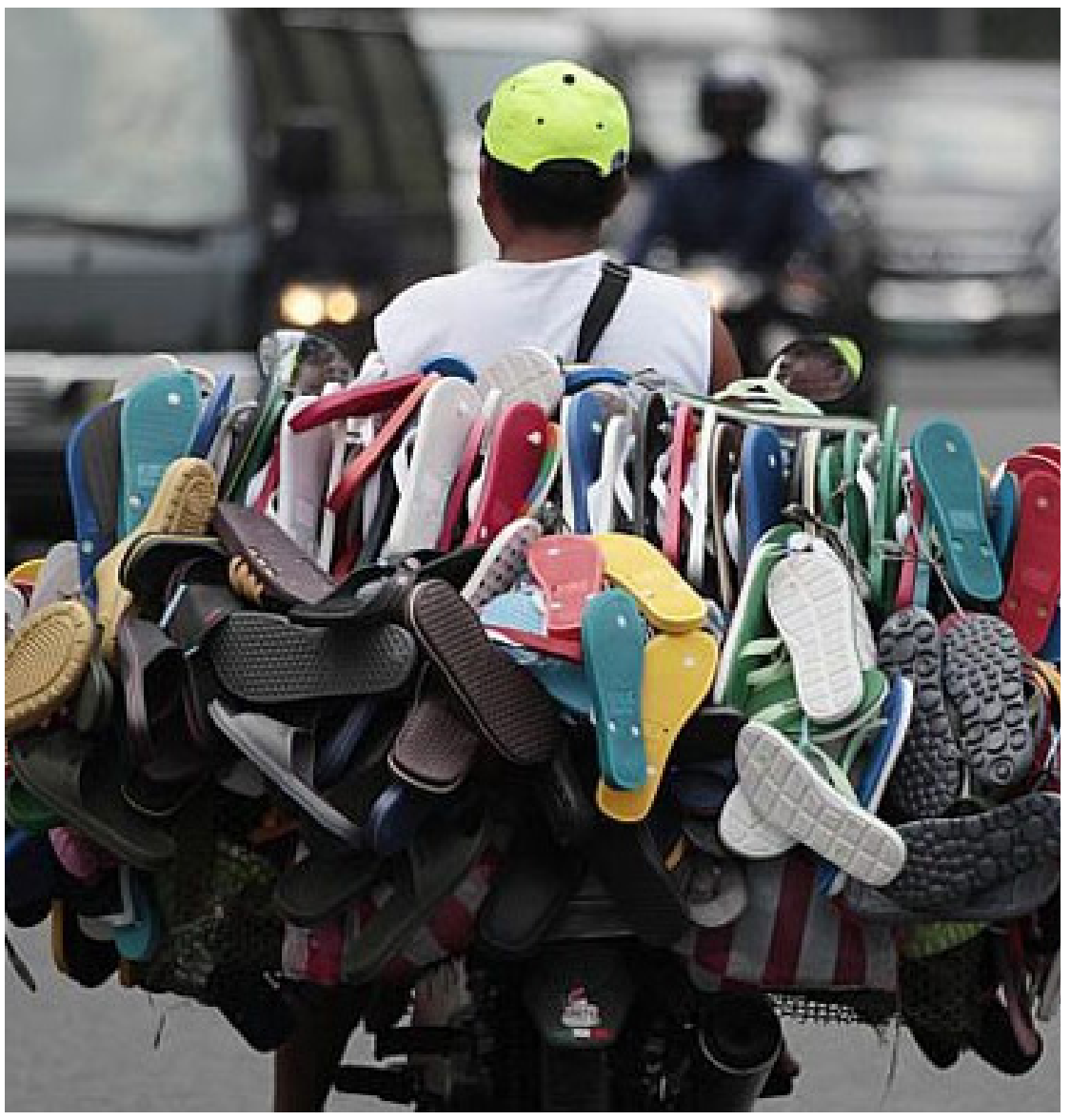
O problema é que esse quadro, aparente e superficial, é falso. Nesse caso, as estatísticas servem, não para revelar, mas para esconder a miséria, a fome e o desemprego real – que algum eufemista pode muito bem chamar de subemprego ou até de emprego, sem que isso mude em nada a terrível realidade.

Como diz um colunista bastante arguto:

"... quando se olha além dos números, o quadro é menos alentador: informalidade, rotatividade e baixos salários continuam sendo a regra no mercado de trabalho brasileiro.

"Por trás da queda no desemprego, há recomposição de postos majoritariamente precários, intermitentes e mal remunerados.

"O trabalhador volta a ter ocupação, mas não necessariamente emprego digno. A renda média real segue estagnada, a desigualdade permanece alta e a segurança trabalhista é cada vez mais frágil" (v. Marcos Verlaine, 20/10/2025, O falso milagre do recorde de empregos).



Acima, fila de desempregados (Fotos Públicas)

O autor examina as causas desse problema hediondo – o ataque do neoliberalismo aos direitos dos trabalhadores, sobretudo com a "reforma" de Michel Temer. Não nos deteremos nessa questão, até porque achamos que o ataque aos direitos precedeu o malfadado Temer. Apenas observaremos que os efeitos mencionados são horrivelmente reais:

Primeiro: "o emprego com carteira assinada ainda representa menos de 40% da força de trabalho total. Enquanto isso, mais de 39 milhões de brasileiros atuam na informalidade — sem direitos, sem Previdência e sem garantias mínimas na relação laboral".

Segundo: "Cresceu o número de trabalhadores sob contratos intermitentes, em plataformas digitais e serviços por demanda, modalidades que disfarçam relações de subordinação com o rótulo de autonomia. O que se vendeu como liberdade virou instabilidade permanente, em que o trabalhador é chamado apenas quando convém ao empregador e assim arca sozinho com os riscos e custos do trabalho. É o caso do contrato intermitente de trabalho".

Terceiro: "O resultado: compressão da renda média e queda na qualidade de vida. O País tem mais gente trabalhando, mas com menos poder de compra e menor proteção social".

É isso o que as maravilhosas estatísticas, citadas no início deste artigo, escondem. Porém, escondem apenas quando não revelamos o seu significado.

Nosso problema – o problema do país – é reverter essa situação. Não estamos falando de voltar ao estado inicial, conquistado depois da Revolução de 30, na época do presidente Getúlio Vargas.

Na verdade, precisamos avançar mais.

Somente uma excrescência como o neoliberalismo – ou o neofascismo que é a sua inelutável consequência – pode conceber que o avanço consista sempre em menos direitos para o povo. Assim, por exemplo, se os seres humanos vivem mais do que antes, a idade para a aposentadoria deve ser maior do que antes. Portanto, a oportunidade de gozar a vida deve ser sempre menor, sempre menor, sempre menor.

Pelo contrário, o racional, o saudável, é que, na medida em que avançamos, os direitos devam ser sempre maiores. E não estamos falando – ainda – dos direitos que caracterizam uma outra sociedade, uma sociedade superior, como a sociedade socialista. Aqui, estamos no mero terreno da sociedade capitalista, tal como a temos – e a conhecemos.

Acontece que o neoliberalismo é uma excrescência até do ponto de vista do capitalismo.

Mas aqui, também, fica mais clara a utilidade das estatísticas do IBGE. Uma vez destrinchado o seu verdadeiro significado, elas servem como instrumento de luta contra essa realidade, a rigor, pela transformação dessa realidade.

Em algum lugar, Marx escreveu que a transformação partia do "lado mau" da história. Não é o "lado bom" do capitalismo, a produção de riqueza, que impulsiona a transformação. Pelo contrário, é o lado da produção de miséria e de desigualdade, a escassez, que leva à própria superação do capitalismo.

A dialética, de certa forma, é sempre negativa – trata-se de negar a realidade existente para que possa existir outra realidade.

Assim é a questão dos direitos trabalhistas – ainda que sem superar, pelo momento, o capitalismo.

O autor que citamos aborda o problema de um modo interessante:

"O cenário atual recoloca o tema do trabalho digno no centro da disputa política que se desenha para as eleições de 2026.

"De um lado, o projeto neoliberal — representado pela direita e extrema-direita — que defende mais abrandamento da legislação trabalhista, sob o argumento da competitividade. De outro — esquerda, centro-esquerda e progressistas de modo geral —, o campo que defende o Estado regulador, capaz de equilibrar as forças entre capital e trabalho".

Torcemos para que esse delineamento esteja certo – ou seja, que o entulho neoliberal de que ainda não nos livramos, não confunda os campos, levando-nos ao desastre.

Mas a definição mais geral está, a nosso ver, correta:

"Mais do que questão meramente econômica, trata-se de projeto de sociedade: decidir se o Brasil continuará aceitando modelo que normaliza a precarização ou se buscará nova agenda de desenvolvimento com inclusão, proteção e dignidade laboral. Isto é, trata-se de economia política" (Marcos Verlaine, idem).

Para isso, evidentemente, a independência nacional – isto é, a democracia plena – é a chave.